



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

ELIENE CAMPELO COELHO

**MICROCRÉDITO E EMPODERAMENTO NA PERSPECTIVA DE
GÊNERO: UM ESTUDO DO BANCO DO POVO NO MUNICÍPIO DE
PALMAS, ESTADO DO TOCANTINS**

**PALMAS-TO
2018**

ELIENE CAMPELO COELHO

**MICROCRÉDITO E EMPODERAMENTO NA PERSPECTIVA DE
GÊNERO: UM ESTUDO DO BANCO DO POVO NO MUNICÍPIO DE
PALMAS, ESTADO DO TOCANTINS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins – UFT, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Dra. Temis Gomes Parente.

PALMAS-TO
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

C672m Coelho, Eliene Campelo .
Microcrédito e empoderamento na perspectiva de gênero: um estudo do
banco do povo no município de Palmas, estado do Tocantins. / Eliene
Campelo Coelho. – Palmas, TO, 2019.
90 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em
Desenvolvimento Regional, 2019.

Orientadora : Temis Gomes Parente

1. Empoderamento. 2. Mulheres. 3. Microcrédito. 4. História Oral. I. Título

CDD 338.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

ELIENE CAMPELO COELHO

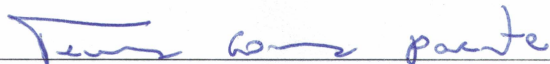
“MICROCRÉDITO E EMPODERAMENTO NA PERSPECTIVA DE GÊNERO: UM ESTUDO DO BANCO DO POVO NO MUNICÍPIO DE PALMAS, ESTADO DO TOCANTINS”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins para obtenção do título de Mestre.

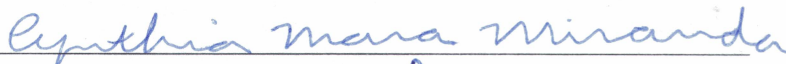
Orientadora: Profa. Dra. Temis Gomes Parente

Aprovada em 18/06/2018.

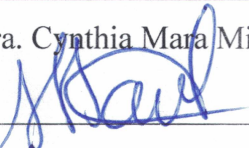
BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Temis Gomes Parente (Orientadora)



Profa. Dra. Cynthia Mara Miranda – UFT



Profa. Dra. Jocyleia Santana dos Santos - UFT

Dedico este trabalho à minha mãe, Cunegundes Coelho de Arruda, uma lavradora que sempre valorizou e defendeu o conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por permitir que, a cada dia, eu possa buscar o conhecimento e aprender com humildade e gratidão para com os que compartilham seus saberes comigo.

À minha orientadora, Temis Gomes Parente, por direcionar esta pesquisa da melhor maneira, por inspirar-me com seus conhecimentos e sua trajetória; Obrigada por aceitar guiar-me neste estudo;

Ao meu pai Cipriano Campelo de Arruda (*in memorian*), presente em meu coração;

À minha mãe Cunegundes Coelho de Arruda, o meu amor incondicional;

À minha família querida, obrigada pelo apoio;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, pelo conhecimento compartilhado e pelas lições de vida - minha gratidão; Ao professor Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior pelo apoio e amizade.

Aos servidores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, obrigada pela atenção e presteza no atendimento;

Aos colegas de turma do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional;

Aos amigos da Prefeitura Municipal de Palmas, em especial aos colegas da Secretaria de Comunicação - Secom, obrigada;

A todas as mulheres. Obrigada por serem tão fortes e inspiradoras.

“A felicidade aparece para aqueles que choram.
Para aqueles que se machucam.
Para aqueles que buscam e tentam sempre”.

Clarice Lispector

RESUMO

O microcrédito tem sido adotado em diversos países como uma ferramenta capaz de gerar renda, reduzir desigualdades sociais e empoderar mulheres. Neste contexto, esta pesquisa teve como objetivo analisar os efeitos do microcrédito no empoderamento ou não das beneficiárias do Banco do Povo no Município de Palmas, estado do Tocantins, com foco na perspectiva de gênero. O tema da pesquisa foi selecionado devido à importância de se analisar se o empoderamento feminino é um dos resultados dos investimentos municipais nas políticas públicas de microcrédito, existentes desde 2005 em Palmas-TO. A metodologia adotada foi a História Oral que apontou traços e especificidades na vida dessas mulheres e na sua relação com o microcrédito, dando-lhes oportunidade para falar de suas experiências. A História Oral desnuda redes do cotidiano dessas beneficiárias trazendo à tona os processos desencadeados a partir da assinatura do contrato de microcrédito. A análise das entrevistas foi realizada com base nos pressupostos teóricos referentes ao empoderamento e papéis de gênero. As entrevistas evidenciam que, apesar de trazer melhorias nas condições de vida das mulheres pesquisadas, o microcrédito não alcançou o empoderamento destas clientes no sentido de dar-lhes condições de emancipação, autonomia, participação social, autoestima e formação educacional, fatores importantes para o real empoderamento destas mulheres e com impacto direto na formação de seus filhos e de todas as pessoas que convivem com elas.

Palavras-Chave: Empoderamento. Mulheres. Microcrédito. História Oral.

ABSTRACT

The microcredit has been adopted in several countries as efficient mode of generation income, reducing social inequalities and empowering women. In this sense, the objective of this research had analyze the effects of microcredit on the empowerment of beneficiaries of Banco do Povo in the municipality of Palmas, Tocantins's state, with a focus on the gender perspective. The research theme was selected because of the importance of analyzing whether female empowerment is one of the results of municipal investments in public microcredit policies that have existed since 2005 in Palmas-TO. The methodology adopted was the Oral History that pointed out traits and specificities in the lives of these women and in their relationship with microcredit, giving them the opportunity to talk about their experiences. The Oral History lay bare networks of the daily life of these beneficiaries bringing to light the processes triggered from the signing of the microcredit contract. The analysis of the interviews was carried out based on theoretical assumptions regarding empowerment and gender roles. The interviews have evidence that, even though bring improvements in the living conditions of the women surveyed, microcredit did not reach the empowerment of these clients in order to give them conditions of emancipation, autonomy, social participation, self-esteem and educational formation, important factors for the real empowerment of these women and with a direct impact on the education of their children and all the people who live together.

Keywords: Empowerment. Women. Microcredit. Oral history.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCB ou BACEN: Banco Central

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEAPE/RS: Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra

CMN: Conselho Monetário Nacional

CSW: Comitê sobre o Estatuto das Mulheres

FCO: Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

FNE: Fundo Constitucional de Financiamentos do Nordeste

FNO: Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

IAF: Inter-American Foundation

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBAM: Instituto Brasileiro de Administração Municipal

LOA: Lei Orçamentária Anual

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

ONG: Organizações Não Governamentais

OSCIP: Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PNMPO: Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

SCM: Sociedades de Crédito ao Microempreendedor

RURALTINS: Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins

SPC: Serviço de Proteção ao Crédito

SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDER: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Palmas

TCE-TO: Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Níveis e focos de empoderamento..... 53

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Percorso metodológico.....	14
2 MICROCRÉDITO: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	22
2.1 Microcrédito no Brasil.....	29
2.1.1 <i>Legislação do microcrédito no Brasil</i>	30
2.2 Microcrédito em Palmas: Banco do Povo.....	34
3 GÊNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES.....	38
3.1 Empoderamento: em busca de um conceito.....	49
3.2 Empoderamento e microcrédito.....	54
4 NARRATIVAS E CONSTRUÇÕES COTIDIANAS: RETRATOS DE MULHERES..	58
4.1 As entrevistas.....	60
4.2 Microcrédito utilizado para outros fins.....	62
4.3 Da informalidade no trabalho.....	64
4.4 Atividades domésticas ou realizadas na própria residência.....	66
4.5 Educação: dificuldades em prosseguir com a formação escolar.....	68
4.6 Papéis de gênero.....	70
4.7 Tomada de decisão e pressão para pagar microcrédito.....	71
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77
APÊNDICE.....	89
Apêndice A – Questionário.....	90

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação foi elaborada a partir de indagações quanto à efetividade da política de microcrédito adotada pelo município de Palmas no estado do Tocantins e a importância desta política para o empoderamento feminino que é um fator determinante na luta pela equidade de gênero. As políticas públicas¹ que possuem a capacidade de fortalecer o empoderamento feminino devem receber atenção especial devido aos ganhos sociais advindos desta estratégia de desenvolvimento por se tratar de uma política que não apenas atenua o problema da pobreza, mas, proporciona outros ganhos sociais.

Para analisar o impacto do microcrédito na vida das mulheres beneficiárias do Banco do Povo de Palmas é preciso conjecturar os diversos fatores que compõem o cenário em que se desenrola este processo tendo como base uma perspectiva histórica e cultural de gênero, da forma como conceitua Joan Scott (1990) que destaca que gênero é relacional e origina-se na vivência cotidiana de homens e mulheres e, Lagarde (1996), que afirma que todas as ações podem ser focalizadas a partir de uma perspectiva de gênero.

Scott (1990, p. 05) pontua que “o gênero enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminidade”, e que lança luz sobre os papéis desempenhados bem como sobre os comportamentos que, espera-se sejam adotados pelas mulheres, sempre em defesa de uma ordem natural do construto social.

O microcrédito consiste em programas e operações creditícias responsáveis pelo empréstimo de pequenas quantias às pessoas de baixa renda (GOULART, NETO, 2012) e, de acordo com Horta et al (2014), se trabalhado de forma a promover a equidade de gêneros e o empoderamento feminino, pode iniciar um processo de reordenamento do espaço doméstico a partir da emancipação e desenvolvimento de novas capacidades femininas, possibilitando assim que a mulher atendida saia do espaço doméstico para o espaço público.

Quando trabalhado nesta perspectiva o microcrédito inicia transformações individuais e grupais como o aumento da autoestima, da capacidade de tomar decisões e da capacidade crítica e argumentativa transformando profundamente suas beneficiárias.

¹ Neste trabalho adotamos a concepção de Política Pública de Souza (2006, p.26) - Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. Por último, políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas.

Dentre as beneficiárias do Banco do Povo nota-se que o autoemprego² e as atividades relacionadas à vida doméstica constituem os ramos adotados pela maior parcela de beneficiárias atendidas por meio da autarquia. O que corrobora afirmações de Horta, Carrillo, Martelo, 2015, Cacciamali et al., 2014). De Kruijf., (2015), autores que alertam que estas atividades reforçam e perpetuam os papéis sociais impostos às mulheres ao longo dos séculos, a chamada cultura da domesticidade.

Por papéis de gênero, adotamos neste estudo a definição de Parente (2007, p.105) onde os papéis de gênero são “comportamentos e atitudes socialmente esperados pelos membros de uma sociedade, diferenciados por sexo, pois falar de papéis de gênero é falar de padrões, regras que uma dada sociedade estabelece para com seus membros” sendo em sua maioria naturalizados na forma de aspectos culturais que partem de diferenças biológicas para cunhar o campo social de forma desigual e sexista, sempre em detrimento das mulheres colocando-as numa condição de subordinação.

De tal forma que a pesquisa buscou identificar e analisar os papéis de gênero desempenhados pelas mulheres beneficiárias, pois, entende-se que “o aprendizado com os papéis conduz ao conhecimento e à internalização de modelos daquilo que pode ser considerado adequado, ou não, para o homem ou para a mulher de determinada sociedade, o que certamente leva a verificar se a forma de participação estabelecida propicia ou não o seu empoderamento” (PARENTE, 2015, p. 94).

Dessa maneira, o empoderamento das mulheres significa uma mudança na forma de lidar com o cotidiano, com as relações sociais entre homens e mulheres, onde tradicionalmente ocorre a dominação masculina. Ao empoderar-se a mulher passa a ter consciência de si própria como autônoma e passa a ter condições para rebater quaisquer comportamentos de dominação e violência (HORTA, CARRILLO, MARTELO, 2015).

O empoderamento feminino é um processo contínuo de fortalecimento. Destarte não basta auxiliar os grupos excluídos a sobreviver é preciso mobilizar redes mais amplas que ultrapassam os limites da simples assistência social. O processo é multidimensional e envolve família, renda, políticas públicas, educação e muitos outros elementos sociais. Todas estas variáveis impactam direta ou indiretamente nos resultados alcançados por estas mulheres antes, durante e após o processo de utilização dos recursos do microcrédito (LEÓN, 2001).

Baseada nestes conceitos esta pesquisa se propõe a analisar o processo de

² No autoemprego o indivíduo concentra esses dois papéis em uma única figura, de tal forma que ele seja detentor das máquinas, equipamentos e insumos necessários à produção, e ainda utilize o próprio trabalho no processo produtivo. Isso implica no conhecimento de todos os passos do processo produtivo, e na detenção das ferramentas, força de trabalho e capital necessários ao processo produtivo. (GOMES, 2009, p. 25)

empoderamento ou não e, conseguinte transformação da vida das mulheres atendidas pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária do Município de Palmas – Banco do Povo, no período de 2014, 2015 e 2016. O Banco do Povo, denominação que adotaremos para citar o Fundo Municipal de agora em diante, é uma instituição sem fins lucrativos, criada pela Prefeitura Municipal de Palmas, através da Lei nº 1367/2005 e regulamentada pelo decreto nº 198 de 2006.

A instituição opera com recursos próprios do orçamento municipal e recebeu no seu primeiro ano de existência um investimento de R\$ 1.500.000,00 com o qual operacionalizou 445 (quatrocentos e quarenta e cinco) contratos financiando R\$958.000,00³. Nos anos abordados neste estudo o Banco do Povo de Palmas emprestou cerca de R\$6 milhões para mais de 700 beneficiários e beneficiárias (GOULART, NETO, 2012).

Esse montante de recursos e esse universo de pessoas atendidas, é significativo por se tratar de uma cidade relativamente jovem, pois Palmas possui 29 anos e uma população estimada de aproximadamente 280 mil habitantes⁴ em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Oliveira (2015) destaca que no município de Palmas o setor produtivo e de geração de emprego e renda caracteriza-se basicamente por atividades ligadas à Administração Pública e ao setor de comércio e serviços. Ainda de acordo com este autor, a cidade ao longo de décadas, se destacou dos demais municípios tocantinenses e se firmou como referência de desenvolvimento, porém, ainda apresenta essa característica de dependência em relação a estes dois setores quando o assunto é geração de emprego e renda.

Apesar de existirem pesquisas sobre o microcrédito em diversas partes do mundo como, por exemplo, no Chile com Romani (2002), Colômbia com Mejia (2016), Peru com Jansson e Wenner (1997) e outros, este tipo de estudo ainda não havia sido realizado com foco nas beneficiárias do Banco do Povo de Palmas. Desta forma este estudo irá contribuir para estudos futuros e uma melhor tomada de decisão e avaliação das políticas públicas de microcrédito por parte de integrantes de governos municipais.

Assim, surge o problema de pesquisa: o microcrédito do Banco do Povo de Palmas proporciona o empoderamento, ou não, das mulheres beneficiárias pelo programa?

Em busca de esclarecer as indagações iniciais, este estudo possui os seguintes objetivos: analisar se a partir do microcrédito via Banco do Povo de Palmas acontece o

³ Ver Goulart, Neto – A densa vida social e política dos agentes da estrutura organizacional do Banco do Povo, **REDD–Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 4, n. 2, 2012.

⁴ População estimada divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo a marca de 228.332 mil habitantes registrada no Censo 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmas/panorama>.

empoderamento ou desempoderamento das beneficiárias atendidas com microcrédito nos anos 2014, 2015 e 2016; analisar o papel do microcrédito como ferramenta para empoderar ou não as mulheres beneficiárias do programa; identificar e analisar os papéis de gênero desempenhados pelas mulheres beneficiárias do Banco do Povo para verificar se o microcrédito reforça ou não esses papéis de gênero; e, expor e analisar a influência do microcrédito nos processos de tomada de decisão das mulheres beneficiárias do Banco do Povo na esfera privada e nas relações econômicas para verificar se há ou não transformações nestes processos após o acesso aos recursos do microcrédito, pois um dos propósitos desta ferramenta é justamente promover a igualdade de gênero e a emancipação feminina.

1.1 Percurso metodológico

Para a realização desta pesquisa utilizou-se o estudo bibliográfico da literatura sobre a temática em estudo, a análise documental de fontes ligadas ao Banco do Povo, tais como leis e notícias veiculadas no *site* da Prefeitura de Palmas, visitas ao Banco do Povo para solicitar dados e contatos das beneficiárias atendidas nos anos de 2014, 2015 e 2016; visitas aos empreendimentos das mulheres para realização de entrevistas com História Oral baseada em Parente (2011, 2012 e 2007) e Portelli (1997) em que identificamos os fatores que inibem ou impulsionam o empoderamento das mulheres no Banco do Povo de Palmas.

Foram entrevistadas para este estudo 11 mulheres que assinaram contratos com o Banco do Povo de Palmas no período de 2014 a 2016. As participantes possuem idade entre 33 e 65 anos, sendo que, destas 11 depoentes, sete são casadas ou estão vivendo em união estável há mais de um ano e todas as sete são mães de dois ou mais filhos; duas das participantes são solteiras, sendo uma delas mãe de duas filhas e a outra não possui filhos. Duas das beneficiárias entrevistadas são divorciadas, uma é mãe de oito filhos e a outra é mãe de dois filhos.

As participantes desenvolvem atividades em diversos ramos como costura, venda de alimentos, venda ambulante, serviços de beleza e outros. Apenas duas das mulheres entrevistadas participam de movimentos comunitários como associações e reuniões de bairro.

A História Oral aponta traços e especificidades na vida dessas mulheres e na sua relação com o microcrédito e dá a elas oportunidade para falarem de suas experiências, subjetividades e assim, “trazer à tona suas experiências pessoais e subjetivas, para que assim possam refletir acerca de sua participação dentro do empreendimento, o que pode vir a ser a possibilidade da construção de uma nova história” (PARENTE, 2015, p. 96). A pesquisa

utiliza-se, ainda, de estudos de Horta; Carrillo; Martelo (2015), que apontam os elementos que identificam o empoderamento ou não das mulheres que utilizam o microcrédito.

Na realização deste trabalho foram realizadas entrevistas abertas com uso de um gravador, onde foram feitos questionamentos mediadores e análise das falas, das expressões e até mesmo dos silêncios das depoentes para que fossem identificados processos de empoderamento ou não nas vidas das mulheres beneficiárias, atendidas nos anos de 2014, 2015 e 2016 pelo Banco do Povo de Palmas, a partir das atividades fomentadas pelo microcrédito.

A História Oral apresenta como fatores determinantes a subjetividade (memórias, lugares e afetividades) e a pluralidade de vozes apresentadas pelo grupo em tela. Trabalha-se com dimensões do real onde são apreendidos dados que não podem ser quantificados e muitos menos analisados através de estatísticas e métricas, visto que os fatores advêm de “processos relacionais, subjetivos e intersubjetivos, simbólicos, históricos e seus contextos sociais” (SILVA; BARROS, 2010, p. 68)

Ao lançar mão de métodos qualitativos os pesquisadores buscam explicar o porquê das coisas e apresentar sugestões do que convém ser realizado frente aos resultados alcançados visto que nesse tipo de pesquisa os pesquisadores “não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens” (GERHARDT E SILVEIRA, 2009, p. 32).

Embasada por autores e estudiosos da História Oral como Portelli (1997), Salvatici (2005), Parente (2012), percebemos que essas vozes não podem ser deixadas de lado, em um canto escuro, é preciso lançar luz sobre estes locais, oportunizar relatos e apresentar uma diversidade de versões, para assim pluralizar e democratizar a construção da história, para tal é efetuada uma busca principalmente por aqueles personagens que na História Oral são chamados de ‘pessoas comuns’, os marginalizados, (homossexuais, mulheres, presidiários, sem-terra, reassentados, negros, etc.) (SALVATICI, 2005).

A História Oral traz à tona um poder e possibilidade de construção da história a partir das experiências pessoais e do papel do indivíduo na sua trajetória em sociedade. Grandes transformações como guerras, revoluções, fenômenos naturais e fenômenos de massa causam mudanças, interrupções, estruturações e reestruturações na “vida cotidiana de pessoas que não estão incluídas em estatísticas nem em modelos generalizantes”. (PARENTE, 2007, p. 08)

A História Oral possibilita, ainda, ao pesquisador “conhecer os sonhos, anseios, crenças e lembranças do passado de pessoas anônimas, simples, sem nenhum *status* político

ou econômico, mas que viveram os acontecimentos de sua época” (MATOS, SENNA, 2011, p. 101). Ao abordarmos as beneficiárias do Banco do Povo de Palmas com a história oral buscaremos construir uma nova narrativa do processo social em que elas se encontram inseridas.

Parente (2007, p. 106) destaca ainda que “o uso de fontes orais ampliou positivamente o cenário da pesquisa histórica e, nele, introduziu novos tópicos de investigação, tais como a vida diária, as atividades domésticas e a esfera privada” lançando luz sobre questões historicamente ignoradas, intencionalmente ou não, porém importantes para aquelas pessoas que carregam o fardo de vivenciar silenciosamente essas particularidades.

Em busca desses dados históricos as entrevistas com as mulheres foram realizadas com mediação da entrevistadora com inserções de tópicos referentes ao empoderamento, relacionamentos dos personagens que compõem o cenário cotidiano da vida privada destas mulheres e demais temas pertinentes a lugares de gênero.

Todas essas observações e buscas durante a pesquisa tiveram como meta a apreensão do que González (2005) chama de “sentido subjetivo” que “representa uma unidade integradora de elementos diferentes, processos simbólicos e emoções, e é a integração desses elementos que define o sentido subjetivo” (GONZÁLEZ, 2005, p. 116) e a busca desse subjetivo se dá justamente para que possamos identificar se os papéis de gênero estão presentes ou não no cotidiano dessas beneficiárias (PARENTE, 2007, 2011).

Na História Oral essa delimitação das fontes é parte crucial, é preciso se ater aos detalhes sobre as personagens e a inteireza destes depoimentos e seus reais significados. Outro fator importante também, é que, na História Oral o estudo não deve se prender a quantidade de entrevistados, conforme afirma Alberti (2013, p. 34):

A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. Assim, em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos. O processo de seleção de entrevistados em uma pesquisa de História Oral se aproxima, assim, da escolha de ‘informantes’ em antropologia, tomados não como unidades estatísticas, e sim como unidades qualitativas - em função de sua relação com o tema estudado (seu papel estratégico, sua posição no grupo etc.).

Portelli (1997, p. 17) ressalta que a “História Oral é uma ciência e arte do indivíduo” visto que ela trata de padrões culturais, estruturas e processos históricos e traz para o centro das atenções personagens incomuns, posições diferenciadas de análise dos acontecimentos.

Mesmo se tratando de depoimentos e construções pessoais esse ‘lembrar’ configura-se em testemunho daqueles que vivenciaram, daqueles que sentiram os acontecimentos, daqueles que decidiram por quais caminhos trilhar. Essa busca pela aproximação da realidade, da melhor definição para os eventos, para os fatos é definida por Portelli (1997) como principal meta da História Oral. É esta metodologia que se aproxima das massas para ouvi-las e assim retratar os fatos através dos depoimentos, tendo como colaboradores cada um dos indivíduos que contaram sua versão para determinado acontecimento histórico. Mesmo sabendo que cada ponto de vista é único, como uma digital, um olhar, um sentimento.

Outro fator indissociável da História Oral é sua relação com a subjetividade. A subjetividade está presente em toda a atuação do pesquisador antes, durante e após a produção de conhecimento através da História Oral, visto que, até mesmo o material produzido pela pesquisa será lido de forma única e irreproduzível a cada vez que for acessado por cada leitor.

Não há pois, como dissociar o humano do subjetivo. O constructo social é essencialmente formado sobre bases subjetivas, seja nos conceitos de nação, pertencimento, identidade, memória, cultura, religião ou em outros; em todos os lugares a subjetividade se faz presente. De forma que Portelli, (2001, p. 11) destaca que:

O que é falado numa típica entrevista de história oral, usualmente, nunca foi contado dessa forma antes. A maior parte dos relatos pessoais ou familiares são contados em pedaços e episódios, quando surge a ocasião; conhecemos mesmo as vidas de nossos parentes mais próximos por fragmentos, repetições, por ouvir dizer. Muitas histórias ou anedotas podem ter sido contadas inúmeras vezes no interior de um círculo restrito, mas a história total dificilmente terá sido contada em sequência, como um todo coerente e organizado: o avô ou a avó que põe um neto ou neta em seu colo para lhe contar a história de sua vida é uma ficção literária. A história de vida como uma completa e coerente narrativa oral não existe na natureza; ela é um produto sintético da ciência social.

Parente (2012, p. 274) destaca que é a História Oral que lança luz sobre a historicidade da experiência pessoal, a importância do subjetivo e do papel desempenhado por cada indivíduo na história da sociedade quando se trata de acontecimentos como revoluções, guerras, greves, catástrofes etc. A autora mostra ainda que a metodologia tornou-se,

Uma opção válida a partir da segunda metade do século XX, quando acontecimentos como a emergência da subjetividade feminina e de grupos socialmente segregados convocam pesquisadores e pesquisadoras e, de forma particular, historiadores (as) a tentarem perceber analiticamente discursos que configuram outro lugar na construção da história.

Trabalhar com História Oral também significa trabalhar com memórias. As narrativas das mulheres trarão à tona sentimentos, lugares, espaços, costumes, comportamentos e hábitos que fazem parte do seu cotidiano. (Portelli-1997, Parente-2007, Freitas-2003). A História Oral trabalha sobretudo com a memória partindo de um relato individual imbricado num contexto coletivo com influências do núcleo familiar/social, sendo, portanto a memória um elemento essencial da identidade destas mulheres (HALBWACHS, 2004 *apud* MATOS; SENNA, 2011, p. 96).

Levar a versão destas pessoas para os mais variados locais de fala, ampliar seus alcances e dar visibilidade aos fatos e vivências relatados são, além de enriquecedores, (academicamente falando), meios de iniciar uma transformação social, que por menor que se apresente pode vir a se tornar grande para cada indivíduo envolvido no processo.

A História Oral, portanto, está fundamentada neste estudo na forma como é apresentada por Portelli (1997, 2002) e Parente (2007, 2011), os estudos de gênero com Pedro (2005; 2011), Parente (2012), Scott; e o Empoderamento sob a perspectiva definida por Horta; Carrillo; Martelo (2015), Zapata (2003) e Parente (2012).

Após apresentar a metodologia História Oral aplicada neste estudo apresentamos, ainda dentro do percurso metodológico, o mapeamento de pesquisas relacionadas a microcrédito e empoderamento feminino encontradas durante a pesquisa bibliográfica sobre os temas com foco nos trabalhos apresentados no Brasil e no Tocantins.

Durante o estudo foram encontrados dois trabalhos que abordam o Banco do Povo de Palmas, sendo um artigo com abordagem direta, de Goulart, Neto (2012), intitulado “A densa vida social e política dos agentes da estrutura organizacional do Banco do Povo”. Já o segundo trabalho, realizado por Barbosa (2013) trata-se de uma dissertação denominada “Política de concessão de microcrédito: reflexões a partir de um estudo multicaso no Tocantins” que aborda o Banco do Povo de Palmas de forma indireta, pois a autora não fornece nomes das instituições pesquisadas, sendo inferido que se trata do Banco do Povo, por meio de dados como a própria lei municipal de criação do órgão e outras características. O objetivo deste segundo estudo é identificar se essas instituições possibilitam aos seus clientes melhoria de qualidade de vida e autonomia financeira.

O artigo de Goulart, Neto (2012) traça o perfil estrutural do órgão com foco em seus agentes de crédito e traz para a cena as ligações políticas existentes entre os agentes, os beneficiários e os políticos locais, evidenciando a presença de clientelismo nas operações realizadas pela instituição financeira como destacam os autores ao afirmar que há grande “importância da influência desses intermediários e das relações políticas nessas relações

econômicas, ou na flexibilização das formalidades em função das relações sociais”.

Em Goulart, Neto (2012) são apresentados detalhes sobre a metodologia do microcrédito e como o uso do recurso muitas vezes passa por um desvio de foco. Os autores destacam que os casos relatados nas entrevistas compartilham os mesmos princípios com os casos registrados na literatura específica sobre a utilização de recursos de microcrédito onde, geralmente o emprego do recurso não é orientado pelo estabelecido no contrato formal, mas pelas intempéries da vida individual e, principalmente, familiar.

Trata-se de uma hierarquia de prioridades que se impõe e que prioriza atender as necessidades urgentes de saúde, de educação, da casa e de rituais sociais: ir ao médico, comprar remédios, comprar uniforme escolar, reformar a casa, fazer a feira, custear o enterro de um familiar, custear roupas, etc. para um casamento, batizado, etc. (GOULART; NETO, 2012, p. 17).

Ainda em Goulart, Neto (2012) é apontado o mecanismo gerencial da instituição Banco do Povo de Palmas, traçando sua estrutura organizacional e seu modo de operação, encontramos o segundo trabalho, que traz como objeto de estudo três instituições que atuam com microcrédito no Tocantins. No trabalho de Barbosa (2013) é avaliada a política de concessão de microcrédito no estado de Tocantins, para identificar se as organizações que atuam com microcrédito no Estado atingem seus objetivos sociais, não é analisada a questão do empoderamento feminino.

Em análise do material encontrado nas consultas ao acervo da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Banco de Teses e Dissertações da Capes e Scielo foram utilizadas as palavras-chave - Microcrédito, Microcrédito e Empoderamento Feminino e Mulheres e Microcrédito, utilizando o recorte temporal de 2012 a 2017.

Verificou-se que as pesquisas sobre Microcrédito e Empoderamento Feminino estão concentradas nas áreas das ciências humanas e ciências sociais aplicadas, com alguns casos isolados que perpassam pelas ciências agrárias, sendo que a maior parte dos estudos encontrados tratam do microcrédito como ferramenta de geração de renda, combate à pobreza e à desigualdade social.

As buscas com a palavra “microcrédito” no campo Resumo no período de 2012 a 2017 no portal Scielo resultaram em 22 artigos e no Portal da Capes a mesma busca apresentou como resultado 106 trabalhos sendo que, destas publicações a maior parte concentra-se nas cadeiras de Administração e Economia. Quando o tema em questão é o empoderamento feminino destacam-se no Portal Capes 70 trabalhos sendo a maioria dos trabalhos voltados às áreas de Saúde; No portal Scielo as buscas com os termos empoderamento feminino

apresentam 11 publicações no período de 2012 a 2017 com as palavras no campo “Resumo”.

No portal Scielo não foram encontrados artigos para a busca das palavras-chave “Microcrédito-Empoderamento feminino” no período de 2012 a 2017, no Portal Capes também não há registro para a busca “Microcrédito-Empoderamento feminino”. E para a busca com os termos “Mulheres-Microcrédito” foram apresentados três artigos como resultantes no Scielo com o termo no campo resumo no mesmo período.

No que diz respeito à área das Ciências Sociais e Humanas, com aplicação de uma perspectiva de gênero destacamos a seguir os estudos relacionados a Microcrédito e Empoderamento Feminino selecionados nos *sites* de busca consultados durante esta pesquisa. Destacamos neste universo de trabalhos os estudos de Cezar (2016), Carvalho (2013) e Moreira (2016).

Na tese de doutorado de Cezar (2016) intitulada, Microcrédito e empoderamento de mulheres de baixa renda: uma análise do projeto “Elas” a autora discorre sobre o uso do microcrédito como uma ferramenta de combate à pobreza e de fomento à inclusão social através da geração de trabalho e renda e analisa o projeto Elas que atende beneficiárias do Programa Bolsa Família em Fortaleza (CE) com a concessão de microcrédito. A autora analisa as dimensões do processo de empoderamento alcançadas pelas mulheres participantes do projeto “Elas”. De acordo com a autora o microcrédito é sim um fomentador do empoderamento individual feminino, porém ressalta que não houve um rompimento das relações de gênero no âmbito das famílias, fator perceptível principalmente pela não redistribuição das tarefas domiciliares.

O artigo de Carvalho (2013) traz o microcrédito como uma alternativa viável para a mão-de-obra feminina e apresenta dados e as principais características do empreendedorismo feminino. A autora destaca as dificuldades das mulheres em conciliar atividades domésticas com as atividades produtivas e conclui que o microcrédito contribui para a diminuição da exclusão das mulheres no mercado de trabalho por meio do incentivo ao empreendedorismo.

Já o estudo de Moreira (2016) analisa o empoderamento das clientes de uma instituição de microfinanças – o Banco do Povo Crédito Solidário (BPCS), em Santo André (SP). A autora entrevistou clientes, gestores e agentes de crédito e concluiu que há uma busca por capacitação sobre gestão e empreendedorismo. Também aponta que as mulheres passam a contribuir com as despesas da casa e , conclui que o microcrédito alcança um efeito positivo no empoderamento feminino e na redução da pobreza.

Para fundamentar e conceitualizar a interpretação dos elementos que formam esse processo desencadeado pelo microcrédito na vida dessas mulheres, especialmente no traço

sócio ocupacional o estudo está dividido em cinco capítulos, além desta introdução. O primeiro capítulo apresenta a perspectiva histórica do microcrédito, desde as primeiras operações realizadas em algumas partes do mundo, com características similares ao microcrédito, traz a conceituação desta ferramenta a partir de estudos realizados no Brasil, as características das operações de microcrédito, a legislação do microcrédito no Brasil e apresentamos o Banco do Povo de Palmas -TO.

No capítulo três trazemos o referencial teórico sobre gênero e empoderamento das mulheres. Na primeira parte deste capítulo conceituamos o termo gênero, desde suas origens nas lutas feministas, apresentamos algumas características do movimento, abordamos a perspectiva de gênero. Ainda neste capítulo abordamos o empoderamento, trazendo conceituações do termo e sua relação com o microcrédito.

No capítulo quatro apresentamos o desenvolvimento do estudo desde o momento inicial de solicitação de dados ao Banco do Povo, a coleta das entrevistas, o perfil das beneficiárias que concordaram em participar da pesquisa, as narrativas e os principais aspectos levantados pelas depoentes no que se refere ao empoderamento, papéis de gênero e microcrédito.

Por fim, foram feitas as considerações finais e, em seguida apresentamos as referências bibliográficas.

2 MICROCRÉDITO: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

O microcrédito tem se apresentado como peça-chave no combate à pobreza e à desigualdade socioeconômica. O objetivo deste capítulo é abordar as contribuições teóricas referentes ao microcrédito, sua conceituação, contexto histórico, principais características, legislação e alguns dados referentes às operações de microcrédito no Brasil. Em seguida apresentamos o Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária do Município de Palmas, também conhecido como - Banco do Povo de Palmas.

O Microcrédito é definido como uma parte das microfinanças responsável pelo empréstimo de pequenas quantias às pessoas de baixa renda ou a microempreendimentos (formais ou informais) que, por algum motivo, não podem acessar recursos das instituições financeiras tradicionais como bancos e empresas privadas de investimentos (GOULART & NETO, 2012).

Já as microfinanças são abordadas neste estudo como “um segmento do sistema

financeiro voltado para a prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a camada da população de baixa renda” (PARENTE, 2003, p.23), podendo ser prestados na forma de operações de seguros, cartões de crédito, poupança e outras atividades.

O microcrédito, portanto, possui em sua essência um caráter inclusivo e transformador, sendo um ramo específico das microfinanças voltado para os segmentos mais pobres da população (ALVES; 2008, GOULART; PEDROSO NETO, 2012). Dentro dessa abordagem uma das características que mais se destacam desde a sua criação na década de 70, é o grande número de mulheres atendidas neste segmento.

Mais de sete mil instituições espalhadas em todos os continentes atuam com microcrédito. Essa expansão vertiginosa se deu principalmente pelos bons resultados da iniciativa do professor universitário Muhammad Yunus, em 1975, em Bangladesh (CACCIAMALI et al., 2014).

As primeiras operações deste sistema na América Latina tiveram início na década de 80 iniciando pelo Peru, Bolívia e Chile e somente em 1990 houve registro das primeiras operações no Brasil. Um fator que muito contribuiu para a expansão desta modalidade de política pública, em terras brasileiras foi a adesão de gestores municipais e estaduais que implantaram os chamados “Bancos do Povo” nome fantasia dado a algumas instituições do ramo de microcrédito no Brasil.

Apesar de ser tratado como uma ferramenta financeira inovadora e promissora o microcrédito não é tão novo assim. De acordo com Perossa et al., (2016) há comprovações da existência de instituições ainda na Idade Média que ofereciam serviços financeiros com uma metodologia similar à hoje empregada pelas Instituições de Microfinanças (IMF's) como por exemplo o “Box Clubs” na Inglaterra no século XVIII, “Loan funds”- Irlanda de 1720 a 1950, “Sparkasse” na Alemanha – Século XVIII e “Susu” na Nigéria ainda no Século XV.

Há registros de que em 1846 no Sul da Alemanha alguns fazendeiros, ao enfrentar rigoroso inverno em sua região, precisavam contrair empréstimos com agiotas para financiar sua produção e enfrentar as adversidades do clima.

Diante desta situação um pastor que vivia na região, chamado Raiffensem, começou a emprestar farinha de trigo para que estes fazendeiros pudessem fabricar pães e comercializá-los com a finalidade de pagar os agiotas. Nascia ali a “associação do pão” (MORAES et al., 2008, *apud* Rodrigues et al., 2015).

Mas o fato é que a origem do microcrédito da forma que o conhecemos atualmente está vinculada à fundação do Grameen Bank, no ano de 1975, pelo professor Muhammad Yunus em Bangladesh. No início da década de 70 Yunus realizou empréstimos de 27 dólares

a artesãs de uma comunidade local, para que custeassem sua produção de bancos de bambu. Sem exigir nenhuma garantia ou juros, o professor foi surpreendido tempos depois com o pagamento da quantia acrescida de juros. A partir daí tomou a decisão de criar o Grameen Bank que já financiou mais de 7,2 milhões de clientes, e possui taxas de inadimplência superiores a 97% (TOMETICH, 2013, VALOURA 2012).

Valoura (2012) destaca que através desta experiência Yunus percebeu que as pessoas mais pobres de Bangladesh não tinham acesso a financiamentos e por isso estavam presas em sua condição de pobreza. Porém o professor Yunus percebeu também que apenas dar dinheiro aos pobres não resolvia o problema. Era necessário um processo profundo de mudanças, de ensinamentos e acompanhamentos do grupo ao qual havia sido emprestado o recursos, pois apenas dar esmolas não seria uma solução duradoura e sustentável. Yunus iniciou então um processo que desencadeou inclusão social, geração de renda e emprego.

“Depois da experiência de Yunus, o sistema se disseminou a partir da constatação de que os pobres eram bons pagadores” (TOMETICH 2013, p.5). Desde então o modelo foi replicado em muitos países, subdesenvolvidos e desenvolvidos, sendo a maioria deles da Ásia, África e América do Sul. Com o Grameen Bank mais de 7 milhões de microempreendedores foram atendidos com pequenos empréstimos. A partir de então o Grameen Bank passou a atuar em mais de 20 países da Ásia, África e Américas. Espelhando-se na experiência positiva de Yunus centenas de outras organizações de microcrédito sem fins lucrativos nasceram (TOMETICH et al., 2013).

As operações do Grameen Bank se baseavam nas relações de confiança, amizade, solidariedade, empreendedorismo e criatividade. Tendo como princípio norteador a assertiva de que mesmo os mais pobres dentre os pobres, se capitalizados, podem empreender e, assim, deixar de depender dos governos e da generosidade humana, além das perigosas relações com agiotas. Para Yunus o que causava esta condição de pobreza não era a falta de aptidão, mas sim as instituições e a sociedade (DOS SANTOS, 2015).

Alves (2009, p.271) destaca que o microcrédito “tem um fundamento filosófico profundo e, no domínio da cidadania, um amplo alcance, sendo, simultaneamente, de compreensão simples e intuitiva”. Em sua essência está presente a ideia de que é possível aos mais pobres melhorar de vida e ter mais dignidade através de sua força de vontade, iniciativa e empreendimento. O microcrédito aqui seria uma forma de promoção do autoemprego destas pessoas, tirando-as das situações de dependência, de subsídio, endividamento e mendicância. Trata-se de importante instrumento originariamente financeiro, porém com objetivo/papel social muito forte.

De tal forma que Gutiérrez-Nieto et al. (2009) *apud* Araújo (2015) apontam que uma instituição de microcrédito só é eficiente se obtiver êxito tanto nos objetivos financeiros quanto nos objetivos sociais a que se propõe. Quando um indivíduo resolve buscar recursos do microcrédito significa que ele se encontra em situação vulnerável e com dificuldades de manter-se produtivo com seus próprios recursos, tendo, portanto esta operação um papel social muito forte. É importante frisar o caráter inclusivo e transformador do sistema financeiro em análise.

O microcrédito diferencia-se dos demais serviços financeiros de crédito principalmente pela metodologia utilizada antes, durante e após a concessão do financiamento. Toda a operacionalização utiliza-se de ferramentas que envolvem confiança e reconhecimento mútuos, construída numa base comum de Capital Social⁵, a metodologia empregada envolve ainda a análise subjetiva por parte do agente institucional e envolvimento sócio comunitário (aval solidário) há uma troca de experiências e um relacionamento de confiança diferenciado do executado nos sistemas tradicionais de crédito.

Assim, de acordo com Alves e Camargos (2014) o processo de análise e concessão se dá de forma diferente daquela adotada no sistema de crédito tradicional, onde a instituição financeira é responsável apenas por liberar e cobrar o pagamento dos recursos. No microcrédito os beneficiários são assistidos com o crédito e orientados, recebendo inclusive, visitas dos agentes, participando de cursos e reuniões em busca de uma gestão mais vantajosa para seus recursos.

Apesar da grande possibilidade de expansão no volume de negócios através do microcrédito até o momento algumas instituições financeiras tradicionais não aderiram à modalidade devido à alta probabilidade de perdas. Uma das maiores preocupações é que os clientes usem o recurso, conforme o acordado contratualmente, numa atividade produtiva e que não o destinem para o consumo ou outros gastos. (DOS SANTOS, 2015).

Goulart, Neto (2012) destacam que o microcrédito pode ser financiado por fundos público ou privado, e não pode ser usado para consumo ou outros fins, tendo por finalidade fomentar o desenvolvimento econômico. Por ser voltado unicamente ao financiamento de atividades econômicas formais ou informais e oferecer aos seus beneficiários

⁵ Putman (2002, p. 177) esclarece esse comportamento ao explicar que, “assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse (...). Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança (...). Numa comunidade rural (...) onde um agricultor ajuda o outro a enfiar o seu feno e onde os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com menos capital físico sob a forma de utensílios e equipamento.

acompanhamento e formação esse sistema financeiro também é conhecido como crédito produtivo orientado.

Durante a realização deste estudo constatou-se que em Palmas algumas das mulheres atendidas nos anos de 2014, 2015 e 2016 relataram ter desviado o foco do investimento dos recursos contratados no Banco do Povo, usando o dinheiro para compra de alimentos, medicamentos, custeio de funeral e outros fins.

Alves (2009, p. 273) destaca que desde o Grameen Bank o microcrédito mostrou ser “um motor de transformação da vida das pessoas muito mais importante do que o pequeno montante de dinheiro emprestado”. Configura-se como um instrumento necessário para que as pessoas iniciem um processo de mudança de vida, deixando para trás uma realidade de extrema dependência econômica, social e financeira. Nesta nova jornada as pessoas tomam o leme e passam a guiar o seu destino.

Corsini (2007) conceitua microcrédito da seguinte forma: “são operações creditícias de pequena monta, realizadas por programas especializados, destinadas ao fortalecimento de iniciativas econômicas produtivas, geralmente da economia informal urbana”. Geralmente estas quantias são utilizadas para aquisição de capital de giro ou para realização de novos investimentos. Sua concessão se dá de forma simplificada, quando comparada às exigências das instituições financeiras formais, são necessários poucos documentos, a maioria dos programas de microcrédito não exige garantias reais.

Dentre as principais vantagens do microcrédito é possível afirmar que através dele os microempresários podem sair de uma situação econômica de dependência para uma de geradora de seu próprio sustento, sentem-se valorizados econômica e socialmente, não dependem mais de donativos ou assistencialismo, saem da condição de desemprego, passam a motivar outras pessoas a ser microempreendedores, gera consciência ambiental e social.

Para Carvalho (2012) o microcrédito traz para os microempreendedores além dos ganhos no âmbito econômico melhorias também no campo da subjetividade. Há uma perceptível elevação da autoestima, aumento da independência e realização pessoal. A autora destaca ainda que todas as pessoas têm direito a sentir-se independentes, satisfazer suas necessidades e da mesma forma atuar no sentido de ampliar esta condição de autonomia ajudando outras pessoas a alcançá-la.

Alguns aspectos caracterizam o microcrédito conforme destaca Maia (2014):

a) **Crédito Produtivo** - Atende de forma específica e especializada determinado segmento da economia formado pelos pequenos empreendedores informais e microempresas. Prioritariamente negócios de pequeno porte empreendidos por pessoas de baixa renda e

voltado para atividades produtivas e não ao consumo;

b) **Crédito Orientado** - Adota procedimentos de acompanhamento junto aos seus clientes por se tratar possui caráter informal e apresenta valores reduzidos das operações de microcrédito, não são necessárias garantias reais e exigem um acompanhamento específico e diferenciado.

Conforme Rosa apud Maia (2014, p.121) o microcrédito portanto, possui as seguintes características que o diferencia das demais operações creditícias dos bancos comerciais:

- 1) Objetiva atender àqueles microempresários que estão fora do mercado formal de crédito, porque não podem corresponder às exigências de documentos, não têm garantias reais e o tamanho do negócio está aquém do exigido pelos programas oficiais de financiamento. Assim, suas principais fontes de financiamento são os agiotas ou fornecedores, que, em geral, cobram juros muito elevados;
- 2) Sua estrutura e tecnologia são adequadas à concessão de empréstimo de pequeno valor, para um grande número de clientes, e dispõe de mecanismos facilitadores de liberação de recursos e recebimento de pagamentos. Atende a clientes com poucos investimentos fixos e curto ciclo de negócios, tornando-se factível a programação de pagamentos dos compromissos em periodicidade inferior ao mês; quinzenal ou semanal, por exemplo;
- 3) No caso dos bancos tradicionais, as exigências de cadastros, reciprocidade, garantias, avalistas, balanço etc, tendo em vista reduzir a incerteza e o risco da inadimplência, refletem-se em elevados custos administrativos e em uma estrutura cara e pesada. Já o sistema em discussão tem uma estrutura apropriada aos mecanismos e formas de atuação entre os microempresários, tornando-a leve e de baixos custos por unidade de financiamento;
- 4) É um programa de empréstimos simplificados, com o mínimo de burocracia e sem exigências de garantias reais. Apenas é desejável que o negócio tenha potencial de se manter e crescer com um impulso inicial, ou seja, tenha viabilidade financeira;
- 5) São cobradas taxas de juros compatíveis com o mercado, próximas das cobradas pelos bancos tradicionais e menores do que as dos agiotas e fornecedores;
- 6) Uma das estratégias de funcionamento do programa é através de empréstimos solidários, onde um grupo que mantém certo relacionamento e interação assume a garantia de que o devedor pagará o empréstimo, ou seja, é um tipo de crédito que conta com o aval de diversas pessoas do relacionamento do usuário. Este é um dos principais mecanismos de motivação ao pagamento dos compromissos assumidos;
- 7) Trabalha com clientes de baixa renda, mantendo uma relação de respeito mútuo, sem criar constrangimentos, embaraços ou qualquer outra atitude de desconfiança ou falta de clareza sobre os propósitos da instituição e do produto oferecido;
- 8) É um sistema rotativo e cumulativo, isto é, o usuário, ao adquirir o primeiro empréstimo e pagá-lo, estará habilitando-se a obter empréstimos maiores, até o momento em que alce um patamar que o capacite a participar de programas maiores. É aí que ele se desvincula do microcrédito, pois ele já se expandiu o suficiente para integrar ao mercado formal de crédito. (ROSA, 1998, p. 12 *apud* MAIA, 2014 p.3).

A partir do microcrédito surgiu então a necessidade de criar-se novas ferramentas financeiras voltadas para esse novo e amplo campo de clientes formado pelo público de baixa renda atendido pelo microcrédito. Surge então o grupo de operações financeiras que é conhecido como microfinanças. Estas são ferramentas financeiras como, por exemplo, seguros de vida, de imóveis, automóveis, cartões de crédito, poupança etc. que atende

empreendedores formais ou informais e executam um papel importante de inclusão social e econômica. São as Instituições de Microfinanças (IMF's), como Soares et al. 2008, *apud* VIEIRA, (2015), explica que

As IMFs atuam não simplesmente como extensão do sistema bancário, mas conjuntamente, como ferramenta de desenvolvimento social, promovendo a integração e a formação de grupos solidários, bem como a capacitação e o ensino gerencial e financeiro para os tomadores. As IMFs devem oferecer serviços adequados e sustentáveis a seus clientes e podem ser constituídas por instituições bancárias *stricto sensu* (bancos, financeiras, cooperativas de créditos e bancos de desenvolvimento) ou não ONG e organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). (SOARES et al.2008, *apud* VIEIRA, 2015, p. 36)

Lacalle (2002) *apud* Horta (2014) et al aponta que para que o microcrédito obtenha êxito ele deve possuir certas características que o diferencia dos demais financiamentos bancários tradicionais tais como:

- Debe ser de corto plazo, normalmente por un periodo no mayor a un año.
- Su amortización debe hacerse mediante pagos pequeños, semanales o mensuales.
- Con él se debe promover la microempresa o micronegocio, el cual será determinado por quienes lo solicitan.
- Debe dirigirse a la población más pobre, para que genere una fuente regular de ingresos a través del autoempleo.
- Debe constituirse como uno de los caminos para obtener recursos entre aquellos que no tienen propiedades, ni la posibilidad de recibir un crédito mediante el sistema bancario tradicional (LACALLE, 2002).

Mesmo as instituições de microcrédito tendo um forte caráter social, estas atuam pautadas por uma lógica financeira, visto que para a realização de suas atividades são necessárias estratégias com foco nos resultados econômicos para garantir a sustentabilidade financeira e o êxito nos objetivos sociais de suas ações.

A experiência do Grameen Bank multiplicou-se através de iniciativas em países da América Latina, América do Norte, África, Ásia e Europa. Robinson (2001) *apud* Dos Santos (2015) cita o Banco Rakyat da Indonésia que atende pessoas da zona rural e regiões de baixa renda; e o Banco Sol da Bolívia que atende microempresários urbanos como as mais bem sucedidas internacionalmente.

A utilização de mecanismos de microcrédito, dando às camadas mais pobres acesso ao sistema financeiro, antes excludente, trouxe mudanças comportamentais para a vida das pessoas que o utilizam. Dentre estas mudanças destaca-se o acesso das mulheres aos recursos financeiros desta modalidade de crédito trazendo para as mesmas a possibilidade de empoderamento econômico advindo do fato de lhes ser dada a oportunidade de gerenciar

recursos. Essas mudanças podem ter reflexos em todo o conjunto social do qual estas mulheres fazem parte, seja sua própria família, sua comunidade ou seu país (HORTA et al, 2015, CEZAR, 2016).

O empoderamento, seria resultado desse acesso aos recursos, neste caso financeiros, que dá a estas mulheres possibilidade de terem voz ativa, visibilidade, como defende Taques (2006 *apud* Simon e Boeira, 2016, p. 13) ao afirmar:

Empoderamento pode ser entendido a partir de uma perspectiva em que os indivíduos, organizações e comunidades coletam recursos de forma a terem voz, visibilidade, influência e capacidade, tanto de ação, quanto de decisão, ou seja, poderem controlar os temas que afetam suas vidas. Sendo assim, desenvolve-se um processo de cidadania que congrega dimensões de igualdade social e reconhecimento das diferenças, pois desta maneira é maleável e inclusivo, o que alicerça fortalecimentos e aprimoramentos, respeitando as ambiguidades.

A maioria destas mulheres beneficiárias são chefes de família, ou seja, são elas as responsáveis diretas pelo sustento do seu núcleo familiar. São esposas, viúvas, divorciadas, mulheres abandonadas ou mães solteiras que veem no microcrédito uma oportunidade de sobrevivência, de ocupação e de acesso a emprego e renda (GOULART & NETO, 2012). Durante o estudo não comprovamos esta tendência em Palmas, das onze mulheres entrevistadas, sete são casadas ou moram com seus companheiros há mais de doze meses e não se declararam chefes de família ou responsáveis pela maior parcela dos recursos para sustento de suas famílias.

2.1 Microcrédito no Brasil

O Microcrédito no Brasil ainda não alcançou toda a sua potencialidade sendo que por muito tempo essa ferramenta foi utilizada apenas por Organizações Não Governamentais (ONG's) e posteriormente instituições governamentais. Bastos Filho et al., (2015) explica que no Brasil existe uma carência quando se trata de estudos sobre a importância da concessão de crédito ao consumidor, sendo perceptível a falta de investimentos em inovação com vistas ao desenvolvimento local, ficando este associado ao microcrédito produtivo, sendo que antes de 1990 essas operações estavam restritas às ONG's com apoio de agências de fomento e cooperativas de crédito⁶.

⁶ Acredita-se que, o incentivo às iniciativas do cooperativismo, que integrem o trabalho de mulheres pobres, com o apoio da sociedade civil organizada e a promoção de iniciativas empreendedoras para as mulheres, pode ajudar a criar e desenvolver atividades geradoras de renda e emprego decente e sustentável, aumentar poupanças e

A iniciativa privada atuava através de doações para formação do capital próprio ou capital de empréstimo via parcerias com organizações do setor (NASCIMENTO, 2008, *apud* Bastos Filho et al., 2015). Mas, vale ressaltar que algumas experiências pontuais já haviam sido realizadas anteriormente.

No Brasil, a primeira experiência com o microcrédito data de 1973, com o Projeto Uno no Recife, que financiou diversos pequenos empreendimentos, mas após 18 anos desapareceu, uma vez que não considerou os princípios da sustentabilidade, da profundidade de abrangência e da escala. Em outras palavras, não foi capaz de se manter sem auxílio externo e de chegar aos pobres atingindo um grande número de pessoas (MORAES, 2008, *apud* TOMETICH et al., p.5)

De acordo com Santiago (2014) em 1987 surgiu a primeira organização formal em Microcrédito do Brasil denominada Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE/RS) em cidade de Porto Alegre- RS. Uma organização não governamental que atuava com apoio de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Inter-American Foundation (IAF).

Nos anos 90 o Banco Central do Brasil adotou medidas com objetivos de aumentar a oferta dos serviços financeiros aos mais pobres. Esses estudos culminaram com a criação do marco regulatório, adequação de normas já existentes e desenvolvimento de parcerias entre setor público, organizações não governamentais e setor privado. Houve um aumento no número de cooperativas de crédito em todo o país o que levou a uma estabilização do crescimento dos serviços de microcrédito. Em 2002 o Banco Central do Brasil legalizou a criação de cooperativas de pequenos empresários, microempresários e microempreendedores, trazendo novos investidores/parceiros para as microfinanças. (DOS SANTOS, 2015)

Ao assumir em 2003 uma política de expansão do atendimento bancário como prioritária, o Governo Federal abriu um conjunto de novas oportunidades de inclusão bancária para a base da pirâmide social, grande massa excluída do sistema bancário tradicional. Havia até então um inegável hiato na oferta de serviços bancários a essas camadas sociais e, desigualdades entre regiões, estados e municípios na quantidade de agências e serviços ofertados favorecendo os estados da região sul, sudeste e centro-oeste, em detrimento das demais regiões conforme demonstra Macambira (2014) ao afirmar que:

A ampliação da presença de instituições operando externamente às funções tradicionais dos bancos oficiais, como o microcrédito, na forma de postos ou

investimentos familiar, melhorar o bem-estar social e econômico levando em consideração a necessidade de eliminar todas as formas de discriminação e contribuir para um desenvolvimento humano sustentável (SAMUEL, 2014, p. 14).

correspondentes bancários, ameniza, em parte, o grave problema da exclusão bancária aos segmentos pobres do Brasil. Mesmo assim, sabe-se que o atendimento à população e a disponibilidade de serviços não ocorrem na mesma abrangência e magnitude, ainda que seja uma inegável função social. (CACCIAMALI, et al., 2014, p. 91).

Muitos fatores dificultam o acesso dessas pessoas ao microcrédito e impedem também que os resultados dessa ferramenta no Brasil sejam parecidos com os obtidos com o Grameen Bank, mesmo com um volume grande de operações, em muitas regiões do Brasil a operacionalização do sistema mostrou-se cara, demorada e deficitária, gerando inclusive um maior índice de inadimplência (CACCIAMALI et al., 2014). A seguir apresentamos a legislação que regula o Microcrédito no Brasil.

2.1.1 Legislação do microcrédito no Brasil

São órgãos reguladores do microcrédito no Brasil o Banco Central (BACEN) e o Ministério da Justiça. O Banco Central atua através do Conselho Monetário Nacional (CMN) e fiscaliza conforme instituem as Resoluções 2.874 e 3589 as SCMs e as cooperativas de crédito. O Ministério da Justiça fiscaliza as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). As Organizações Não Governamentais não são fiscalizadas pela União.

A partir da Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e também conhecida como Lei do Terceiro Setor, instituiu-se a formação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) incluiu-se o microcrédito como uma das finalidades destas organizações. Esta lei também trata das parcerias possíveis de ser realizadas entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinadas à cooperação para fomento e execução de atividades de interesse público (BARBOSA, 2013, ALBUQUERQUE; SALVARO; ESTEVAM, 2014).

A consolidação das Microfinanças e do Microcrédito, conforme conceituados anteriormente, no Brasil se deu através da Lei Federal nº 11.110/2005 que criou o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO. O referido programa é regulamentado pela medida provisória nº 226 em 29 de novembro de 2004 no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

O principal objetivo do PNMPO é incentivar a geração de trabalho e renda através do crédito voltado para microempreendedores populares. Os recursos utilizados no programa são

oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de um percentual oriundo dos depósitos à vista efetuados nos bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e na Caixa Econômica Federal (CEF). Este recurso é garantido para investimentos em microcrédito por meio do Art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras.

Quando foi criado o PNMPO foi instituído que o programa seria coordenado por um comitê interministerial formado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Fazenda e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com a tarefa de subsidiar a coordenação e a implementação das diretrizes do PNMPO (DOS SANTOS, 2015; PANIS, 2015).

Para Macambira (2014) o modelo brasileiro de microcrédito é um dos maiores feitos do Governo Federal, durante os anos 2003 a 2011, pois adotou:

Moderna tecnologia bancária utilizada para enfrentar problemas específicos de sociedade urbanizada (85% da população mora em cidades), de massa (a quinta maior população no mundo), espalhada em território gigantesco (quase metade do continente) e com grande disparidade de renda. Fomentou mercado de consumo popular no País. Entretanto, o maior desafio social seria fazer a inclusão bancária dos milhões de recebedores de benefícios sociais – “os mais pobres entre os pobres”. Com isso, talvez se construísse o maior (e mais rápido) programa de democratização do crédito do mundo. (CACCIAMALI et. al., 2014, p.119)

Mesmo apresentando um volume crescente de operações creditícias ainda há um vasto campo para investimentos e possibilidades de realização de mudanças sociais profundas através do microcrédito. Dos Santos (2015) alerta para a necessidade de se trabalhar tanto no setor financeiro tradicional como no ramo das microfinanças e buscar atender o mercado como um todo, sem quaisquer tipos de segregação ou rotulação social.

No Brasil, como no restante do mundo, há uma forte participação das mulheres como clientes do microcrédito. Esta singularidade já é marca registrada desta modalidade de crédito. Desde sua criação pelo professor Yunus em Bangladesh grande parte dos seus beneficiários é composta por mulheres, a maioria delas chefes de família conforme destaca Goulart, Neto (2012, p. 05):

Segundo nosso entrevistado do alto escalão do BPC, os empréstimos, em sua maioria, são concedidos a mulheres, e, em grande parte, para as que atuam como vendedoras de roupas, as “sacoleiras”. Formalmente, a própria constituição do BPC prioriza essa condição. A predominância feminina no quadro de financiados é uma tendência dos programas voltados para o microcrédito, desde o seu precursor, o Grameen Bank, até o maior programa de microcrédito do Brasil, CrediAmigo.

De tal forma que se, tradicionalmente, os serviços financeiros eram voltados para um público masculino, o microcrédito faz justamente o contrário e prioriza o atendimento às mulheres dando-lhes uma forma de autoemprego e uma válvula de escape diante do sistema financeiro tradicional. Em Palmas o Banco do Povo foi questionado durante este estudo, via ofício, sobre os percentuais de mulheres e homens atendidos pela instituição nos anos 2015, 2016 e 2017, no entanto nenhuma resposta foi encaminhada até a conclusão deste estudo.

Se avaliarmos o Brasil, por exemplo, consta no Relatório Gerencial do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) que 61,49% do valor total concedido no 4º trimestre de 2013 foi destinado para mulheres que formam o percentual de 62,77% dos clientes atendidos neste período (SILVEIRA, et al., 2015).

Silveira et al., (2015) apresenta dados de 2013 do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, publicados no Relatório Gerencial do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado em que as instituições integrantes do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) ofertaram durante o quarto trimestre de 2013 um volume total de crédito de R\$ 2.917.793.128,54. Ainda de acordo com o levantamento realizado por Silveira et al., (2015) de janeiro a dezembro de 2013 mais de R\$ 9,379 bilhões foram disponibilizados para 5.208.743 clientes através do chamado microcrédito produtivo orientado o que comprova a força destes serviços no Brasil.

De acordo com Parente (2003, p.06) no Brasil a maior parte dos financiamentos com oferta de prazos maiores é financiado por meio de instituições governamentais, conforme explica a autora:

A grande totalidade dos financiamentos de longo prazo é provida por bancos públicos através de linhas de financiamento especialmente desenhadas para promover atividades econômicas. Eles contam com fontes de recursos de fundos constitucionais, a exemplo do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador, gerido pelo BNDES e FNE e FNO e FCO - Fundos de Desenvolvimento Regionais do Nordeste (gerido pelo Banco do Nordeste), da Amazônia (pelo Banco da Amazônia) e do Centro Oeste (pelo Banco do Brasil), respectivamente. Esses programas especiais são para investimentos fixos e/ou mistos de longo prazo e tem como taxa básica de juros a TJLP-Taxa de Juros de Longo Prazo definida periodicamente pelo Governo, que tem oscilado entre 10 a 15% a.a.

Em consonância com as orientações de organismo internacionais como o PNUD e o Banco Mundial essas instituições públicas adotam a prática de financiar empreendimentos dirigidos por mulheres o que ratifica a afirmação de que as mulheres desejam acima de tudo sua emancipação financeira, através do autossustento (BIJOS, 2005;MENDONÇA; SOARES, 2016).

Estas beneficiárias desejam ter oportunidades para crescer economicamente, obter

respeito dentro e fora de casa, tornar-se geradoras de emprego e renda, gerir seu próprio negócio e assim garantir melhorias para todos os seus dependentes geralmente seus filhos, netos, mães e sogros (MENDONÇA; SOARES, 2016). Esta realidade foi comprovada durante o estudo realizado com as clientes do Banco do Povo, assim como, evidenciou-se também que as atividades produtivas implementadas pela maioria dessas mulheres perpetuam os papéis sociais impostos a elas, a chamada cultura da domesticidade.

Constatou-se durante o estudo que a maior parte dos empreendimentos financiados em Palmas pelo Banco do Povo é voltada para a preparação de alimentos/cozinha, cuidados com higiene/beleza, vendas por catálogo, atividades agropecuárias como criação de pequenos animais e vendas de roupas e cosméticos. Todas estas atividades estão intimamente relacionadas à vida privada, à vida doméstica, lugares já ocupado pelas mulheres em seu cotidiano (HORTA et al., 2015).

A maioria destas mulheres utiliza o microcrédito para autoemprego e atuam em ramos intimamente relacionados à vida doméstica ou ramos que propiciem flexibilidade de horários para conciliar a vida de dona de casa, mãe e esposa com o papel de microempresendedora. Mesmo dando-lhes uma possibilidade de trabalhar e obter renda, ao usar o microcrédito para estas atividades as mulheres se deparam com situações de preconceito, subordinação e exploração como destaca Carvalho (2013, p.42) ao afirmar que:

Apesar das características positivas que as tornam “aptas” ao empreendedorismo, existem dificuldades no que concerne à conciliação com o trabalho familiar, à falta de apoio da família, ao descrédito dos clientes e fornecedores, ao estereótipo para cargos e funções tipicamente femininas, ao mito que as empresas criadas por mulheres não trazem boa rentabilidade e de que as mulheres só alcançam cargos de liderança nas empresas quando os herdaram de seus pais ou maridos

Para desenvolver suas atividades comerciais as clientes do Banco do Povo assumem duplas ou até mesmo triplas jornadas, sobrepondo, muitas vezes uma atividade à outra; não há uma linha limítrofe entre a atividade produtiva e a atividade do lar (MOREIRA, 2016, HORTA et. al. 2015, MENDONÇA; SOARES, 2016, BIJOS, 2005).

O microcrédito é então adotado como uma forma de corrigir uma exclusão natural, histórica e cultural vivenciada por estas mulheres principalmente no âmbito do trabalho, mesmo que para alcançar esta condição de autosustento elas se submetam à uma exaustiva jornada de trabalho.

Carvalho (2013) coloca que um dos grandes desafios da vida moderna é superar as contradições pertinentes às questões de gênero. Desigualdade, opressão e exclusão são alguns

dos obstáculos ou até mesmo empecilhos que dificultam o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, à atuação/participação política, ao ensino e etc. Ao ter acesso ao microcrédito e abrir ou ampliar seus próprios negócios estas mulheres têm a oportunidade de sair de suas casas de uma forma menos opressiva, menos violenta, sem questionamentos nem críticas. Outra possibilidade alcançada ao possuir uma atividade fora de casa é a de juntar-se a outras mulheres, ampliando assim seus círculos de relacionamento e assim gradativamente emancipar-se (HORTA et al., 2015). Essa vontade de inserir-se no mercado e de conhecer novas pessoas também foi identificada no estudo.

2.2 Microcrédito em Palmas: Banco do Povo

Antes de iniciarmos a apresentação do Banco do Povo de Palmas, convém ressaltar que o estado do Tocantins, onde essa instituição foi criada, já possui iniciativas que fomentam o microcrédito no âmbito estadual e federal como, por exemplo, as linhas de microcrédito da Caixa, Banco do Brasil e Banco da Amazônia, bem como o Banco do Empreendedor do Tocantins (BEM) operacionalizado pelo Governo Estadual que antes se chamava Instituto Social Divino Espírito Santo - Prodivino (a mudança foi regulamentada pela Medida Provisória MP – 01, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 05 de janeiro de 2015).

Em Palmas, para fomentar esse desenvolvimento econômico e gerar renda e emprego para homens e mulheres do município nasce, em 2005, o Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária do Município de Palmas – BANCO DO POVO. Criado em maio de 2005, através da Lei nº 1.367/2005 e regulamentado pelo Decreto 198 de 2006, a instituição surge para dar acesso ao crédito às camadas da população que não conseguem realizar operações de crédito junto aos bancos tradicionais por falta de garantias reais e por não conseguir suprir as demandas burocráticas dessas instituições financeiras (GOULART; NETO, 2012, CACCIAMALI, et al, 2014).

O Fundo tem por meta principal a implantação e implementação da política de microcrédito em Palmas financiando atividades de micros e pequenos empreendedores formais e informais de forma articulada com a política estadual, nacional e internacional de microcrédito que tem por meta promover o desenvolvimento econômico das cadeias produtivas regionais e locais. De acordo com a Lei nº 1367/2005 que regulamenta o Banco do Povo de Palmas (BPP) também compete à organização financeira realizar concessão de empréstimos e apoio para qualificação de micro e pequenos empreendedores/cooperativas;

viabilizar a criação de novas oportunidades de trabalho bem como promover apoio às incubadoras sociais.

De acordo com Goulart; Neto (2012) por se tratar de instituição financeira Municipal o Banco do Povo é financiado via orçamento municipal baseado na Lei Orçamentária Anual (LOA) e é fiscalizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE), órgão que fiscaliza todas as aplicações orçamentárias realizadas pelo poder público municipal no estado do Tocantins.

Os financiamentos oferecidos pelo Banco do Povo iniciaram com operações de R\$ 500 a R\$ 5.000 para pessoa física e de R\$ 1.000 a R\$ 10.000 para pessoa jurídica e esses valores foram atualizados em 2017 passando a operar com limites de contratos de até R\$ 10.000 para pessoa física e de até R\$ 20.000 para pessoa jurídica. Estas alterações estão regulamentadas pela Lei Municipal nº 2.360/2017, publicada no Diário Oficial do Município (DOM).

A taxa de juros aplicada é de 1% ao ano e os prazos de pagamento variam entre um e 24 meses para os empreendedores formais (devidamente legalizados, com carteira assinada e atuando de acordo com as leis vigentes no país) e de um a 18 meses para os informais (atuam sem carteira assinada e não têm acesso a uma série de direitos trabalhistas como, por exemplo, recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). A primeira parcela tem carência de 60 dias tanto para pessoa física quanto para pessoa jurídica (Prefeitura Municipal de Palmas, 2005).

O Banco do Povo de Palmas é a única instituição municipal no Tocantins que atua com microcrédito e foi criado a partir do exemplo de outras instituições do gênero já existentes na região norte e nordeste do Brasil (Recife - PE, Belém - PA e Vitória da Conquista – BA). A instituição recebeu no seu primeiro ano de existência um orçamento de R\$ 1.500.000,00 com o qual operacionalizou 445 (quatrocentos e quarenta e cinco) contratos financiando R\$ 958.000,00⁷.

O Banco do Povo de Palmas opera com recursos do orçamento municipal baseado na Lei Orçamentária Anual (LOA) e, no ano de 2013, por exemplo, a instituição emprestou R\$ 572.000,00 a 76 clientes. Em 2014 foram 292 beneficiários com um montante de R\$ 2.231.500,00; em 2015 foi emprestado R\$ 1.548.300,00 a 234 pessoas. Em 2016, o Banco já havia emprestado R\$ 1.455.412,00 a 238 beneficiários (GOULART e NETO, 2012).

O BPP assim como as demais instituições que trabalham com microcrédito tem por objetivo “viabilizar a geração de emprego e renda a partir das atividades de micros e pequenos

⁷ Ver Goulart, Neto – A densa vida social e política dos agentes da estrutura organizacional do banco do povo, REDD–Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, v. 4, n. 2, 2012.

empreendedores formais e informais” (GOULART e NETO, 2012, p.01) sejam eles moradores da zona urbana ou rural, empreendedores da indústria, setor de serviços ou vendedores ambulantes.

Além de empréstimos, o Banco do Povo dentro de sua metodologia de atendimento possui a prerrogativa de oferecer assessoria e capacitação para os empreendedores, através de seus agentes de crédito, de parcerias com entidades técnicas como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa, também conhecido como Sebrae, com o Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins, também conhecido como Ruraltins e também com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Palmas (Seder) que disponibilizam seu corpo técnico de consultores nas áreas de agricultura, indústria, alimentação, bens e serviços.

Esses profissionais do Banco do Povo ou dessas instituições citadas devem orientar os beneficiários desde a apresentação do projeto até a sua execução e realizar visitas aos estabelecimentos e empreendedores periodicamente (GOULART; NETO, 2012). Esta prática não foi confirmada durante o estudo, sendo relatadas apenas visitas no sentido de viabilizar o contrato do financiamento. Em alguns casos as entrevistadas tomaram conhecimento do microcrédito em reuniões do Sebrae ou da Seder e, portanto, não estavam nestes eventos motivadas e com orientações do programa de microcrédito municipal.

Dentre os objetivos previstos na Lei nº 1367/2005 destacam-se gerar emprego e renda por meio da promoção de micro e pequenos empreendimentos (formais ou informais) e das organizações econômicas de caráter coletivo e solidário.

Têm prioridade de atendimento no Banco do Povo mulheres, famílias em condições de risco, empreendedores não atendidos pelas políticas públicas sociais compensatórias na área de geração de trabalho e renda, pessoas com deficiência e empreendedores que não acessam às formas convencionais de crédito devido à falta de garantias reais.

Para melhor compreender os fatores e implicações que levam ao empoderamento feminino, bem como os desdobramentos e mudanças que ele provoca nas vidas de homens e mulheres é imprescindível que se busque conhecer também a origem e conceituação das discussões ou relações de gênero, este é o objetivo da próxima seção deste estudo.

3 GÊNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES

Neste estudo abordaremos o termo gênero no sentido apontado por Matos (2009) *apud* Parente (2015) que o conceitua como uma “leitura social que estabelece significações para as diferenças de sexo percebidas historicamente, as quais podem ser observadas na divisão sexual do trabalho, nas relações de poder, na esfera doméstica, na produção e reprodução, sendo, portanto, uma categoria de análise histórica, constitutiva das relações sociais”.

De acordo com Deere; León (2002) *apud* Oliveira; Parente (2015 p. 94) o empoderamento é pré-condicionante da igualdade de gênero. As autoras definem que “o empoderamento deve ser visto como alicerce capaz de proporcionar visões alternativas às mulheres, e essas visões se tornarão realidades, na medida em que as relações sociais mudarem”.

O conceito de gênero, portanto, amplia-se além da conceituação de sexo biológico, e surge no conceito social aplicado ao corpo físico (Scott, 1990). Essa crença enquadra-se nas origens das identidades sociais entendidas subjetivamente como masculinas ou femininas. Desse modo, seria gênero, no sentido conceitual, uma opção linguística para promover a análise do posicionamento social das diferenciações apresentadas no feminino e masculino.

Os estudos de gênero surgiram como uma ramificação dos estudos da mulher, realizados pelas primeiras feministas⁸ ainda no século XIX, com intensa produção intelectual e grande número de manifestações e atos políticos, que tiveram continuidade em todo o Século XX e atingem desdobramentos até os dias atuais. Portanto para alcançarmos o conceito de gênero, devemos primeiramente falar do movimento feminista.

O embasamento encontrado para delimitar a disparidade entre os sexos, e suas funções sociais, dá-se no âmbito do amparo biológico, em que os opressores incumbiam-se de destacar as diferenças entre homens e mulheres, no sentido de justificar a opressão e disparidades de direitos. Os apontamentos obstantes nestes discursos tendiam a apontar a mulher como ser imperfeito por natureza, de inferior posição natural quanto aos homens e assim com destinação funcional à submissão.

O feminismo ou movimento feminista nasceu do descontentamento das mulheres de

⁸ Feministas assumidas ou não, as mulheres forçam a inclusão dos temas que falam de si, que contam sua própria história e de suas antepassadas e que permitem entender as origens de muitas crenças e valores, de muitas práticas sociais freqüentemente opressivas e de inúmeras formas de desclassificação e estigmatização dadas pelo gênero. De certo modo, o passado encoberto pela névoa das representações hegemônicas precisava ser re-interrogado a partir de novos olhares e problematizações, através de outras ferramentas interpretativas, criadas fora do modelo androcêntrico de história. (TEDESCHI, 2015, p. 202)

sua condição de subordinação⁹ perante o homem e frente à negação de direitos básicos, como votar, ser votada, direito à educação, autonomia na reprodução ou direito de possuir propriedades, a mulher desejava ser reconhecida e fazer parte do estado moderno industrializado (Pedro, 2011; Marinho, Gonçalves, 2016).

Miranda (2015, p. 03) aponta que o feminismo vem para denunciar essa condição de desigualdade¹⁰ vivenciada pelas mulheres perante os homens e buscar mudanças, nas palavras da autora:

O feminismo propõe um projeto de sociedade alternativa e coloca como objetivo a abolição, ou ao menos transformação profunda, da ordem patriarcal e de seu poder regulador, em nome de princípios de igualdade, de equidade e de justiça social. Os movimentos feministas reúnem um conjunto de discursos e práticas que dão prioridade à luta das mulheres para denunciar a desigualdade de gênero.

Pedro (2011) destaca que essa “dominação de gênero permeia as relações”, e o feminismo ou Movimento Feminista refere-se às “lutas que reconhecem as mulheres como oprimidas”. A autora destaca ainda que essas desigualdades presentes nas relações entre homens e mulheres não são pré-determinadas ou “inscricas na natureza”, sendo portanto, passíveis de alterações, relacionais e cambiantes.

Essa luta empreendida pelo Movimento Feminista por direitos e transformações sociais se deu em diferentes países, de formas variadas, em vários contextos e de forma temporalmente não linear, numa construção social e epistemológica onde um mesmo campo reunia fatos, lutas políticas e produção acadêmica numa relação plural, heterogênea e interdisciplinar.

Soihet e Pedro (2007) destacam essa interdisciplinaridade ao afirmar que a abordagem do feminino e dos estudos sobre as mulheres, neste momento já reconhecidas como sujeito e objeto, foi incorporada em novos campos da história e também em trabalhos das áreas de literatura, linguística, psicanálise e, principalmente, antropologia e outros, “com o intuito de desvendar as diversas dimensões desse objeto. Assim, a interdisciplinaridade assume

⁹ A divisão do trabalho entre os sexos tem sido fundamental para essa dicotomia desde seus princípios teóricos. Os homens são vistos como, sobretudo, ligados às ocupações da esfera da vida econômica e política e responsáveis por elas, enquanto as mulheres seriam responsáveis pelas ocupações da esfera privada da domesticidade e reprodução (OKIN, 2008, p. 307).

¹⁰ Obter igualdade entre homens e mulheres requer uma transformação do acesso pela mulher tanto aos bens quanto ao poder, transformação esta que depende de um processo de empoderamento da mulher. Ao mesmo tempo, o empoderamento da mulher transforma as relações de gênero e é, portanto, uma pré-condição para a obtenção da igualdade entre homens e mulheres. (DEERE; LEÓN, 2002, p. 52). [...] Não há quase dúvida de que o aumento no poder de barganha das mulheres seria necessário para empoderá-las, para mudar as relações de gênero e alcançar a verdadeira igualdade entre homens e mulheres. (DEERE; LEÓN, 2002, p. 412 *apud* CAMPOS, 2014, p. 108).

importância crescente nos estudos sobre as mulheres” (SOIHET e PEDRO, 2007, p. 285).

Mas, segundo Pedro (2005, p. 83), o que as primeiras feministas buscavam essencialmente ao reunir-se, eram respostas para suas indagações; elas questionavam “o porquê de as mulheres, em diferentes sociedades, serem submetidas à autoridade masculina, nas mais diversas formas e nos mais diferentes graus”, tendo suas atividades sempre desqualificadas e desvalorizadas quando comparadas àquilo que os homens desempenhavam.

Assim, essas mulheres passaram a perceber que eram tidas socialmente como seres de segunda categoria, eram vistas como a antítese do Homem, pois, enquanto o ‘ser homem’ era sinônimo de força, coragem, virilidade e êxito profissional, à mulher restava ser conceituada como frágil, fraca, emocionalmente afetada, dentro de uma ordem social caracterizada pelo regime patriarcal.

De tal forma que o descontentamento avolumou-se e as feministas americanas e inglesas, em suas reuniões na década de 1960, perceberam que esse seu sentimento não era individual, e que os problemas que as afligiam não ocorriam de forma isolada; constatou-se que eram práticas de dominação e subordinação vivenciadas em muitos lares, com o patriarcado¹¹ ditando as regras a serem seguidas por homens e mulheres (SCOTT, 1990). Pedro (2005) aclara que as mulheres não se sentiam incluídas no contexto e na narrativa social androcêntrica, onde o ‘universal’ é masculino e exemplifica.

Assim, o que o movimento reivindicava o fazia em nome da “Mulher”, e não do “Homem”, mostrando que o “homem universal” não incluía as questões que eram específicas da “mulher”. Como exemplos podemos citar: o direito de “ter filhos quando quiser, se quiser” –, a luta contra a violência doméstica, a reivindicação de que as tarefas do lar deveriam ser divididas, enfim, era em nome da “diferença”, em relação ao “homem” – aqui pensado como ser universal, masculino, que a categoria “Mulher”, era reivindicada (PEDRO, 2005, p.80).

Ainda sobre o feminismo, Rago (1996, p. 12) afirma se tratar de:

Um movimento social, político e intelectual que teve um profundo impacto na sociedade brasileira e no mundo, de modo geral. Ao lado de outros movimentos sociais dos anos sessenta e setenta, como o movimento negro, especialmente o norte-americano, o feminismo adquire uma enorme importância ao questionar a organização sexual, social, política, econômica e cultural de um mundo profundamente hierárquico, autoritário, masculino, branco e excludente.

De acordo com Da Silva Dias (1992, p. 41) o feminismo traz para o debate questões

¹¹ “Uma condição que conforme Oliveira (2006) se justifica na dimensão das relações de dominação do sistema patriarcal, em que não são as mulheres que se ocultam, mas esse tipo de relação que lhes atribui um lugar menor. (OLIVEIRA, 2006 *apud* CAMPOS, 2014, p. 109)

relacionadas ao contexto, aos relacionamentos e isso implica numa abordagem que não aceita a neutralidade de um sujeito universal até então proposta pelas ciências e questiona as balizas fixas historicizando novas categorias de análise até então invisibilizadas. A autora demonstra que “trata-se de historicizar os próprios conceitos com que se tem de trabalhar não somente as categorias das relações de gênero, como também os conceitos de reprodução, família, público, particular, cidadania, sociabilidades, a fim de transcender definições estáticas e valores culturais herdados como inerentes a uma natureza feminina”.

O movimento feminista possui ligações diretas com os demais movimentos sociais surgidos, principalmente na década de 1960, e articula-se com diferentes grupos que lutavam contra opressões de raça e classe social, por exemplo, conforme ilustra Pedro (2008, p. 66) ao destacar que:

O movimento de mulheres foi formado por inúmeras tendências, muitas delas semelhantes àquelas que participavam de todas as agitações de 1968. Assim, mulheres dos três principais grupos, que constituíam as lutas gerais da época, ou seja: os negros, os estudantes e os jovens, também participavam do Movimento de Libertação das Mulheres. Elas, entretanto, se consideravam mais internacionais que qualquer grupo político; porém, diziam que a sua opressão ocorria na área mais restrita e concreta: o lar.

Para melhor compreender os desdobramentos do feminismo em suas diversas faces e linhas de atuação, uma das possibilidades de abordagem encontradas pelos estudiosos foi dividir o movimento em fases ou ondas, onde em cada época alguns objetivos, pensamentos ou metas se tornavam mais sobressalentes, marcando/caracterizando o período em questão.

Convém ressaltar, ainda, que mesmo com o advento de uma nova onda, a anterior não se dissipa por inteiro, pelo contrário, mantém seus traços mais fortes atuantes juntamente com as novas linhas de combate inauguradas pelo novo período (PEDRO, 2011). A adoção desta possibilidade de contextualização não inviabiliza as demais, apenas foi a utilizada neste estudo.

Na Primeira Onda, (final do século XIX e início do XX), as mulheres reivindicavam direitos políticos e econômicos, como o direito à educação, a posse de bens e propriedades e, principalmente o direito ao voto.

Já na Segunda Onda, décadas de 1960 e 1970, as feministas americanas denunciavam a opressão masculina e buscavam a igualdade. No entanto as feministas francesas neste período, destacavam a “necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres, dando visibilidade, principalmente, à especificidade da experiência feminina,

geralmente negligenciada” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 649). Nesta fase as mulheres buscavam o direito de gerir seu próprio corpo, engravidar ou não, direito ao prazer e a prosseguir com a luta contra o patriarcado (PEDRO, 2011).

A Segunda Onda do movimento, de acordo com Pedro (2011), surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, e trouxe para o centro das reivindicações feministas as “lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres”. Outro destaque nesta onda é o questionamento quanto ao uso da linguagem como forma de criar estereótipos sobre o sujeito feminino, sempre tomando como referência um sujeito universal ‘masculino’, (DE JESUS, 2014, p. 189).

Ainda na Segunda Onda, de acordo com Pedro (2011), a palavra de ordem era “o privado é político”. Nesta onda destacam-se os trabalhos das feministas Julia Kristeva, Hélène Cixous e Lucy Irigaray (DE JESUS, 2014).

É também na segunda onda que surgem os questionamentos sobre a impossibilidade de se estudar ou mudar a condição feminina sem afetar a condição masculina, pois as transformações não acontecem de forma unidimensional, numa via de mão única. São mudanças em aspectos relacionais e portanto dizem respeito aos homens e mulheres. Pedro (2005) destaca que essa categoria, gênero, que surgiu na Segunda Onda, é “tributária das lutas do feminismo e do movimento de mulheres”.

A publicação do artigo “Gênero, uma categoria útil de análise histórica” da pesquisadora Joan Scott (1990) é um marco para a compreensão desta nova construção teórica, baseada nas relações sociais, que traz para o centro das discussões os aspectos culturais relativos às interações e aos fatos sociais vivenciados por homens e mulheres.

Scott (2012, p. 333) demonstra que os estudos de gênero questionam o determinismo biológico e desnudam as construções sociais baseadas nas diferenças anatômicas com o objetivo de fortalecer e perpetuar relações de desigualdade e poder. A autora destaca que “gênero recusou a ideia de que a anatomia da mulher era o seu destino” e explica que a partir de análises aprofundadas das relações entre homens e mulheres percebe-se que “os papéis alocados para as mulheres eram convenções sociais, não ditames biológicos”.

Scott define gênero como uma “maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social e comportamental das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres”.

Scott (1990) em suas definições e apontamentos sobre o termo “Gênero” e seu uso em diversas sociedades e estruturas sociais (movimentos) abarca um leque amplo de fatores que,

somados, delineiam um espectro para esta palavra que não aporta um sentido único e, portanto, é “um lugar de debate intenso”.

O termo trata de um objeto que possui uma dificuldade natural de se delimitar e de se conceituar, que é a diferença sexual. Scott (2012) demonstra que o frenesi, vivenciado todas as vezes que um documento ou uma política que discute ou possui gênero em sua estrutura surge, está alicerçado na ansiedade que os debates e as incertezas a respeito do termo geram nas pessoas.

A autora explica que:

A ansiedade expressa nos comentários críticos é, eu sugiro, sintomática da larga ansiedade sobre a dificuldade de fixar qualquer significado, seguro, certo e duradouro para a própria diferença sexual. Isto também é resultado de uma fusão – uma que o manual de ciência francês tentou evitar – entre diferença sexual (a distinção masculino/feminino) e orientação sexual (a escolha de um parceiro sexual). Isto é verdadeiro para ambos aqueles que acham gênero radical demais e aqueles que acham que não é radical o suficiente. (SCOTT, 2012, p. 344).

Para a autora, gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, da mesma forma que classe social, etnia ou sexualidade (Narvaz, 2010). Scott (1990, p.14) defende que a palavra gênero surge para demonstrar que homens e mulheres são definidos “em termos recíprocos”, trazendo para o debate uma noção relacional e política, permeada por subjetividades e redes de poder. Gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

A autora propõe que os historiadores passem a utilizar a categoria na análise histórica e que o façam de uma maneira ampla, abarcando suas múltiplas facetas e intersecções e, sobretudo, dando voz e reconhecimento aos excluídos e invisibilizados no processo histórico.

É nesta perspectiva que a análise de gênero é interpretada neste trabalho para entender se através do microcrédito é possível empoderar ou não as mulheres que tiveram acesso à essa política pública.

Scott (1986) *apud* Narvaz (2010 p. 178), ao dizer que:

No que tange ao gênero, estas relações vêm-se organizando com base nas diferenças percebidas entre os sexos, diferenças que foram politicamente convertidas em desigualdades e assimetrias para justificar as diferenças de poder entre homens e mulheres. Concebido como o campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado, mais do que apontar para a diferença sexual, gênero é uma maneira primordial de significar relações de poder. Gênero é uma categoria de análise que excede, portanto, a relação masculino/feminino, homens/mulheres, servindo para dar visibilidade a complexos processos culturais e redes de relações de poder que

demarcam a articulação (e não a simples justaposição) entre diferentes vetores de opressão, tais como raça/etnia, classe, nacionalidade, religiosidade e sexualidade.

Ainda abordando as ondas do feminismo, chegamos à Terceira Onda do feminismo ou pós-feminismo, que traz grande contribuição dos trabalhos pós-estruturalistas publicados por Jacques Derrida (1972) e Michael Foucault (1992), cujas teorias questionam a dicotomia dos conceitos aceitos como verdades absolutas (DE JESUS, 2014, p.195).

Nesta onda as feministas buscaram responder ao que consideravam falhas da segunda onda e inserir novas vozes no movimento. Conforme aclara De Jesus, (2014, p. 201) ao afirmar que:

É observado que o binarismo acarreta a exclusão de modelos identitários alternativos de sexualidade não reconhecidos pelo sistema representacional ocidental. A genealogia crítica feminista, por sua vez, centra sua investigação sobre as relações estabelecidas com as inúmeras instituições de poderes responsáveis pela legitimação do discurso hegemônico prevalecente no campo social. Assim, empreende seus esforços em desvelar como é dada a preservação da hegemonia dualista do sexo e a recusa dos modelos sexuais, que não participam da heterossexualidade compulsória ou de inteligibilidade de gênero.

Ainda sobre a terceira onda Pedro (2011, p. 274) explica que esta era também pode ser denominada de Pós-modernidade no feminismo e trata-se do atual período que estamos vivenciando, nesta era as relações de poder ganham ainda mais destaque nos estudos de gênero, tendo como base as práticas discursivas.

As principais características desta onda são “o debate do feminismo cultural e do ecofeminismo interseccionado com o feminismo de Quarta Onda, que incluiria o feminismo *queer* de Judith Butler e o cyberfeminismo de Donna Haraway”.

No cerne das questões feministas que culminaram nos estudos de gênero, sendo estes então uma ‘categoria útil de análise histórica’ e social, as teóricas feministas percebem e passam a adotar uma perspectiva diferente nas análises, a chamada Perspectiva de Gênero.

Para Lagarde (1996), esta perspectiva, além de reconhecer a diversidade de gêneros e a existência de mulheres e homens que vivenciam experiências cotidianas estruturadas sob uma normatividade de gênero traz à tona a possibilidade de uma nova configuração da sociedade sempre em busca de uma visão crítica e de uma democracia equitativa.

A perspectiva de gênero coloca as mulheres e os homens em suas circunstâncias relacionais históricas, tanto no sistema produtivo quanto no reprodutivo e, portanto, faz emergir todo o enredo relativo aos “espaços de construção de gênero”. De tal forma que a partir dessa nova lente de leitura da realidade é possível encontrar uma nova forma de

interpretar e analisar os acontecimentos sociais, históricos e culturais, inclusive políticas públicas e ações voltadas para o desenvolvimento de uma nação como o microcrédito adotado pelo município de Palmas - TO.

Para Casimiro (2010) apud Samuel (2014, p.04) em suas relações do dia a dia as mulheres “relacionam-se com o poder de múltiplas maneiras e a sua experiência revela que o poder pode ser uma fonte de opressão no seu abuso e uma fonte de emancipação no seu uso”. É necessário ater-se aos fatores que oprimem e desempoderam ou impedem o empoderamento das mulheres em sua plenitude. O que se pretende quando se adota a perspectiva de gênero é em primeira instância a emancipação das mulheres e uma democracia efetivamente igualitária.

A abordagem de gênero abarca o comportamento sempre com alerta de como acontecem estas relações sociais permeadas por relações de poder. Nas palavras de Lagarde (1996, p. 14)¹²:

La perspectiva de género permite analizar y comprender las características que definen a las mujeres y a los hombres de manera específica, así como sus semejanzas y diferencias. Esta perspectiva de género analiza las posibilidades vitales de las mujeres y los hombres; el sentido de sus vidas, sus expectativas y oportunidades, las complejas y diversas relaciones sociales que se dan entre ambos géneros, así como los conflictos institucionales y cotidianos que deben enfrentar a las maneras en que lo hacen. Contabilizar los recursos y la capacidad de acción con que cuentan mujeres y hombres para enfrentar las dificultades de la vida y la realización de los propósitos, es uno de los objetivos de este examen (LAGARDE, 1996, p. 14).

Estes questionamentos sobre as semelhanças e diferenças entre homens e mulheres e sua forma de interagir com o mundo ao seu redor ressaltam a importância de que, ao analisar quaisquer políticas públicas, seja no âmbito, municipal, estadual ou federal, é necessário buscar fazê-lo de forma a englobar esta perspectiva que pode ser utilizada nas mais diversas sociedades e tempos históricos.

Albrecht, Lisboa (2011, p.08) destaca que esse movimento em busca de melhorias para as mulheres é fruto de diferentes mobilizações como explica a autora:

As principais Conferências e acordos internacionais sobre direitos humanos e a situação das mulheres no mundo têm evidenciado que para melhorar a condição de vida das mulheres é imprescindível que exista a equidade de gênero, ou seja, que as mulheres possam ter as mesmas oportunidades de acesso aos direitos sociais, econômicos, e políticos.

¹² Nas citações longas optamos por manter o texto original em espanhol, nas citações curtas utilizamos tradução própria para melhor construção e desenvolvimento do texto.

O estudo com as beneficiárias do Banco do Povo utiliza-se, portanto, desta perspectiva para entender como se dá o empoderamento ou não destas mulheres de Palmas, sempre considerando que, conforme destaca Albrecht, Lisboa (2011, p.06),

O gênero feminino é que mais sofre com as desigualdades sociais construídas e estas desigualdades são reflexos da divisão sexual do trabalho, a qual reforçou as relações de exploração, de dominação, e da opressão do masculino sobre o feminino. E mesmo com a inserção da mulher na esfera produtiva, seu papel social ainda está fortemente atrelado à esfera da reprodução, ao espaço doméstico, ao cuidado, a maternidade.

Parente (2012, p.277) destaca que na raiz da situação destas desigualdades vivenciadas pelas mulheres em seu cotidiano estão presentes os chamados, papéis de gênero. Conforme diz a autora, no cotidiano da desigualdade, se examinada pela perspectiva de gênero será possível:

Identificar os aspectos culturais que naturalizaram e transferiram as diferenças biológicas para o campo social, construindo, assim, as condições de desigualdades vividas pelas mulheres. Trata-se de uma construção que se consolida no cotidiano, quando a elas são conferidas certas qualidades como atributos próprios para cumprir papéis sociais específicos e diferenciados – “próprios de mulheres”. Estes se reproduzem socialmente por intermédio da educação tanto formal como informal de cunho sexista.

Parente (2012, p.277) demonstra ainda que as ações e políticas que não observam a condição da mulher no momento de sua construção ou implantação acabam por legitimar essas desigualdades de gênero e o fazem seguindo a tendência cultural naturalizada de “identificar as mulheres com a casa, e os homens com a produção. Essa posição é referendada nas estruturas sociais: as mulheres são vinculadas à arena privada da casa e às relações pessoais; os homens, à arena pública do comércio, da produção e da política”.

Essa realidade foi evidenciada neste estudo ao constatar-se que no Banco do Povo de Palmas não há registro de dados ou programas dentro da linha do microcrédito para um acompanhamento baseado no fator de gênero. Não há dados dos clientes informando quantos homens e quantas mulheres são atendidos anualmente, não há sistematização de dados como idade, raça, etnia, se é morador da zona urbana ou rural, formação educacional etc, assim como também não foi possível identificar ações do programa de microcrédito, no sentido de capacitar, informar ou apoiar estas mulheres na gestão de seus empreendimentos, aumento da autoestima, melhorias na qualidade de vida e outros.

Ainda de acordo com Lagarde (1996, p.03), a análise feminista de gênero é opositora

da ordem patriarcal, pois desnuda fatos nocivos da convivência genérica e gera duras críticas a esta forma opressiva e alienante de convívio como afirma:

El análisis de género feminista es detractor del orden patriarcal, contiene de manera explícita una crítica a los aspectos nocivos, destructivos, opresivos y enajenantes que se producen por la organización social basada en la desigualdad, la injusticia y la jerarquización política de las personas basada en el género.

Atuar baseado na perspectiva de gênero é um processo invariavelmente aberto e com rica multiplicidade de propostas apresentadas, num processo democrático e aberto, criativo e acolhedor na construção de programas e ações alternativas aos problemas sociais contemporâneos derivados das opressões de gênero, da disparidade¹³ entre os gêneros e das desigualdades resultantes.

O debate de gênero segue de maneira provocativa, pois não é possível ficar indiferente a este tema que, segundo Lagarde (1996, p.07), “irrita, desconcerta ou produz afirmação, segurança e abre caminhos levando as pessoas a pensar mais, questionar mais, estudar mais, a não aceitar conceitos que já vêm construídos e esquematizados”.

A perspectiva de gênero trouxe um ‘porto’ aos homens e mulheres em constante mudança e transformação, pois com ela estas pessoas apresentam argumentos, fatos e conhecimentos em busca de entender discrepâncias e alternativas e também para aprender e conquistar a liberdade para si. É uma proposta aberta, democrática, em constante mutação, sobre a qual Lagarde (1996, p. 05) destaca:

Pocos caminos de invención cultural han tenido el dinamismo y el concurso democrático en la construcción teórico-política que caracteriza a la perspectiva de género. Con las limitaciones evidentes originadas en las carencias y dificultades de las mujeres, la falta de recursos suficientes, la incomprensión y la hostilidad sistemática que han debido enfrentar, nunca antes ellas habían vivido una experiencia de identidad y política tan abarcadora que incluye a mujeres de todo el mundo y de todas las condiciones sociales, que contara con recursos de producción, difusión y puesta en práctica de alternativas concretas.

Neste estudo sobre as beneficiárias do microcrédito por meio do Banco do Povo ficam claras as implicações que as relações de poder, de sentimento de posse e de subjugação impostas pela cultura baseada em gênero acontecem e determinam as vivências femininas, pois todas as relações sociais dizem respeito ao gênero.

¹³ No aspecto econômico as disparidades se apresentam de forma mais concreta entre os sexos, devido à existência de divergentes interesses e de assimetrias quanto à posse de recursos financeiros disponíveis a cada membro. (MAGALHÃES, 2009 *apud* CAMPOS, 2014, p. 104)

E o seu papel era no lar, na educação dos filhos, nas carícias do esposo, no seu trono doméstico da graça, longe do mundo, das suas contingências miseráveis, das suas abominações tremendas, a cujo contato não há alma feminina que não empalideça e não estiole. (RAGO, 1991, p. 44)

As relações sociais no sentido do feminino e masculino, relacionadas com a distribuição do trabalho, constituem conjecturas inseparáveis, segundo o pensamento de Kergoat (1996).

Bruschini (2007) *apud* Amazonas, Vieira e Pinto (2011, p.316) explica que o acesso ao trabalho remunerado está no cerne da mudança nos papéis desempenhados pelas mulheres ao longo dos anos, sendo que, no Brasil, com as mudanças demográficas que ocorreram até 2005, vieram transformações socioculturais exaltando e cobrando das mulheres uma vida profissional ativa e remunerada.

O crescimento da atividade feminina remunerada no período de 1993 a 2005 aponta diversos fatores que contribuíram para essas mudanças, entre eles: a queda da taxa de fecundidade, principalmente nas cidades e regiões mais desenvolvidas do País, a redução do tamanho das famílias, o envelhecimento da população e maior expectativa de vida ao nascer para as mulheres em relação aos homens e, em consequência, a maior presença feminina na população idosa, além do acentuado crescimento de arranjos familiares chefiados por mulheres.

Destarte, a construção de papéis adequados ou não às mulheres perpetua-se ao longo de gerações e apoia-se em fatores históricos e religiosos, moldados pela estrutura patriarcal. Desse modo, percebe-se que a sociedade adotou um discurso que enfatiza a existência das distinções das funções do masculino e feminino desde as sociedades primitivas, nas quais denotava-se ao homem a função de caçar e alimentar, e à mulher a de cuidar da prole (Lagarde, 1996, Hirata; Kergoat, 2007).

Dessa forma, é imperativo o interesse em conhecer as particularidades do microcrédito e empoderamento feminino, pois o mecanismo possibilita atividades geradoras de renda para as mulheres atendidas, possibilitando que saiam do espaço tido como doméstico e adentrem no espaço mercantil, antes um espaço quase que exclusivamente habitado por homens.

Essa divisão do mundo social entre público e privado ainda incide sobre as características funcionais, delimitando o espaço doméstico e a maternidade como o lugar social das mulheres, como sua principal função, ou seja, é destinada a elas, a reprodução da espécie e, por conseguinte, os cuidados com os membros da família (SCAVONE, 2001).

3.1 Empoderamento: em busca de um conceito

Para alcançar os objetivos desta pesquisa e entender a relação entre o microcrédito e o empoderamento é preciso realizar uma abordagem teórica para possibilitar uma aproximação conceitual do empoderamento das mulheres. Para tanto se faz uma revisão do termo empoderamento e seus níveis com foco no empoderamento das mulheres, em seguida abordam-se os princípios de empoderamento segundo a ONU e parte-se para a apresentação do empoderamento segundo Horta, Carrillo, Martelo (2015) que norteiam este estudo.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, (2014) e a ONU Mulheres (2016) destacam que a igualdade de gênero e o empoderamento feminino¹⁴ melhoram a qualidade de vida e a convivência entre homens e mulheres, promovendo assim a justiça social e interferindo positivamente nas políticas de crescimento dos países.

O PNUD enfatiza ainda que o empoderamento feminino¹⁵ é um pré-requisito para o desenvolvimento sustentável sendo crucial que países em desenvolvimento busquem realizar investimentos em políticas de igualdade de gênero para ampliar a participação feminina nos espaços de tomada de decisões.

Empoderamento neste trabalho é entendido como o desenvolvimento da confiança individual ou coletiva das próprias capacidades sejam elas espirituais, políticas, sociais ou econômicas (DEERE; LEÓN, 2002 *apud* PARENTE; GUERRERO, 2012, p.176). Trata-se de um conjunto de conceitos e apropriações que intervêm na vida das mulheres ajudando-as a quebrar rígidas esferas de submissão e poder, seja em suas relações pessoais, profissionais, étnicas ou de classe.

Parente (2007) destaca que o empoderamento “também é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades assumem o controle dos próprios assuntos, da própria vida, de seu destino”, passam a reconhecerem-se capazes de “produzir, criar e gerir”.

O surgimento deste termo empoderamento se deu a partir das lutas das mulheres em diversas partes do mundo e, segundo Batliwala (1997, p.189) é oriundo principalmente dos

¹⁴ O empoderamento da mulher pode vir do poder de barganha, ilustrando as diferenças familiares no exercício de cooperação cotidiana. Outro enfoque é trabalhar a consciência de mulheres e homens, contra o termo subordinação enraizada nos mesmos, e reforçada pelas religiões e educação. (CAMPOS, 2014, p. 108)

¹⁵ O empoderamento da mulher desafia as tradicionais relações familiares por desmistificar a posição que privilegia e possibilita o desempoderamento do homem, bem como, na condição da mulher empoderar o homem em responsabilidades que antes eram exclusivas a elas. Dessa forma, o empoderamento da mulher implica mudanças e experiências a todos familiares, porque o empoderamento advém da contribuição da mulher com relação a opiniões, bens, escolhas na vida, permitindo a tomada de decisão familiar. (DEERE; LEÓN, 2002 *apud* CAMPOS, 2014, p. 108).

movimentos sociais da América Latina, como ela destaca:

El concepto de empoderamiento de las mujeres surge como resultado de muchas críticas y debates importantes generados por el movimiento de mujeres en todo el mundo y, particularmente, por las feministas del Tercer Mundo. Su fuente se remonta a la interacción entre el feminismo y el concepto de "educación popular" desarrollado en América Latina en los años setenta (Walters, 1991). Este último tuvo su raíz en la teoría de la conscientización de Freire, donde se ignoró totalmente la perspectiva de género, pero fue influenciado por el pensamiento gramsciano, que acentuó la necesidad de mecanismos de participación en las instituciones y en la sociedad, con el fin de crear un sistema más equitativo y de no explotación.

Baquero (2012, p. 183) mostra que o uso do termo empoderamento tem sido muitas vezes indiscriminado e confuso, sem ligações com a real prática que lhe é inerente. Destaca a autora:

A categoria empoderamento vem sendo utilizada junto a conceitos, tais como, capital social e competência comunitária, entre outros, de forma pouco rigorosa e, muitas vezes, ambígua, em diferentes campos de conhecimento e práticas sociais. Conforme esse texto apontou, diferentes são os conceitos e as práticas de empoderamento que têm orientado trabalhos nas diferentes áreas – educação, política, serviço social, administração, saúde comunitária, economia, psicologia, antropologia.

Bronzo (2006) defende que a confiança construída durante o processo de empoderamento é ingrediente fundamental na transformação social. A autora explica que processos de empoderamento geralmente fazem parte de um universo maior de ações e intervenções, principalmente de agentes públicos e sociedade civil organizada.

Ainda de acordo com Bronzo (2006, p. 2), a escalada rumo à emancipação e ao aumento de capacidades pode ser ampliada ou minada “a partir da capacidade de resposta e da atuação do poder público junto às comunidades e famílias” de forma que a presença de características como estabilidade, consistência, adequação e transparência nas ações de empoderamento são elementos vitais para tornar efetivos esses processos.

Segundo Zapata (2003) *apud* Parente; Guerreiro (2011), os fatores inibidores do empoderamento das mulheres são as responsabilidades domésticas, a opressão, a dependência econômica, a falta de apoio, falta de capacitação e de maior participação na vida comunitária. Todos estes fatores inibidores estão, direta ou indiretamente, ligados ao patriarcado.

Baquero (2012) explica que os processos de empoderamento são desenvolvidos em dois níveis complementares, o individual ligado ao aumento do poder pessoal e que pode ser

medido em termos do incremento da autoestima¹⁶, da auto afirmação e da autoconfiança. E o nível comunitário, que pode ser realizado coletivamente por grupos ou indivíduos desfavorecidos que capacitam-se para a articulação de seus interesses, buscando conquistar direitos de cidadania, defender o que julgam importante e assim influenciar as ações do poder público.

Parente, Guerrero (2012, p.177) destacam que “para as feministas, o empoderamento compreende a alteração radical de processos e estruturas que reduzem a posição subordinada das mulheres como gênero. As mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais”. Portanto o empoderamento “propõe mudanças pessoais nas mulheres, e uma reorganização de seus sistemas que seja crítica com os estereótipos femininos e que questione os ‘traços’ que o patriarcado lhes atribuiu.” (FERNÁNDEZ, 2012 *apud* PARENTE; GUERRERO; 2012, p. 177).

Assim, Villacorta e Rodrigues (2002, p. 48) *apud* Simon e Boeira (2016, p. 12) reiteram esse pensamento das autoras citadas ao afirmarem que o empoderamento:

É um processo através do qual grupos que têm sido excluídos e marginalizados por causas econômicas, sociais, políticas, de gênero, etc., buscam mudar essa situação e se incorporar na determinação do rumo que suas localidades, países, regiões e o mundo devem tomar. Por isso, as estratégias de empoderamento são caminhos para sociedades locais ou nacionais mais democráticas, via pela qual grupos, atores e setores mais excluídos entram nos processos onde se decide o rumo daquelas.

Dando continuidade, de acordo com Montañó (2001) *apud* Simon e Boeira (2016, p. 16) quando asseguram que:

O empoderamento é visto como um processo no qual ganha-se, desenvolve-se e facilita-se a autoridade e a habilidade, com ênfase no grupo que alcança seu próprio empoderamento, e não depende de uma “entidade superior” que dê poder aos outros. É a antítese do paternalismo e a essência da autogestão, quando contribui para a construção das capacidades, a partir das forças existentes de maneira a potencializá-las.

Já para Prá (2001) *apud* Simon e Boeira (2016, p. 16) o “empoderamento das bases incorpora ao debate importantes temas como associatividade, acesso às decisões políticas, exercício de direitos e obrigações individuais e coletivas, o que permite um exercício de

¹⁶ Assim, numa situação em que mulher tem baixa autoestima, espera pouco de si e dos outros. Ela pensa que primeiro deve servir ao outro, e se coloca por último na busca de satisfação de suas necessidades. Assim sendo, para uma mulher empoderar-se é uma maneira de resgatar a sua autoestima e satisfação. Tendo seus próprios negócios elas sentem-se motivadas para tomar decisões seja no âmbito econômico, social ou cultural. (SAMUEL, 2014, p. 05)

cidadania substantivo”.

De acordo com Horta, Carrillo, Martelo (2015), a construção ou apropriação do empoderamento é feita individualmente e aborda diferentes áreas. Assim, o empoderamento “se nutre de diferentes âmbitos, como la educación, la participación ciudadana, la promoción de la democracia, el fortalecimiento institucional y la creación de trabajo digno” (Horta, Carrillo, Martelo, 2015, p.26).

Trata-se da busca pela quebra de todos os tipos de submissão, domínio e dependência construídos ao longo dos séculos e que perpassam as gerações como uma marca de nascença que seja própria do sexo feminino. Esse processo envolve mudanças em diversas áreas do convívio social conforme ressalta Batliwala (1997, p.195):

El proceso de empoderamiento de las mujeres tiene que desafiar las relaciones patriarcales, por lo cual conduce, inevitablemente, a un cambio en el control tradicional de los hombres sobre las mujeres. Los hombres en comunidades donde se han dado tales cambios ya no tienen control sobre los cuerpos, la sexualidad o la movilidad de las mujeres; no pueden renunciar a las responsabilidades del trabajo domestico y el cuidado de los hijos, así como tampoco abusar físicamente de las mujeres o violarlas sin recibir castigo.

A autoestima e a autoconfiança são traços determinantes do empoderamento feminino. Para mudar os estereótipos de gênero e trazer uma vivência justa e igualitária entre homens e mulheres é fundamental dar visibilidade ao papel da mulher no espaço público. “A ideologia patriarcal, que consolida e institucionaliza a subordinação de gênero reservou para os homens o direito de se expressar e fazer uso público da palavra, e confinou as mulheres ao silêncio” (MYARES *apud* GUERRERO, 2015, p. 80).

Segundo Narayan (2002) *apud* Baquero (2012) o termo empoderamento é usado nas mais diferentes áreas de conhecimento e tem se firmado como uma importante ferramenta quando se trata de ações em busca da melhoria da qualidade de vida e dignidade humana. Sendo associado a práticas de responsabilidade social, boa governança e maior efetividade de políticas públicas.

Empoderar-se denota um despertar político e relacional no sentido de buscar melhorias para sua condição de vida, podendo ser considerado, portanto, um ato de emancipação pessoal (BAQUERO, 2012, p.174). Por isso o termo possui ligação com duas dimensões - a educativa e a política, como explica a autora quando diz:

No que pese o uso indiscriminado do termo, os debates sobre empoderamento apontam para duas dimensões essenciais a serem consideradas: a educativa e a política, uma vez que visões de mundo e de propósitos sociais diferenciados orientam as distintas concepções e ações de empoderamento.

O primeiro passo para a emancipação de uma mulher está intimamente ligado à sua vontade própria de emancipar-se. Primeiramente ela deve alcançar esta condição de empoderada, de gestora de si mesma, para buscar internamente força/desejo e, assim, desenvolver-se em todo o seu potencial. “El proceso, para las mujeres, significaría alcanzar poder dentro de ellas mismas para lograr el desarrollo de las potencialidades humanas” (Horta; Carrilo; Martelo; 2015, p.28).

Para melhor entender como o empoderamento é absorvido e como ele implica mudanças nos diversos campos da vida da mulher Moreira et al. (2012) sintetizou essas experiências que podem ser observados na próxima tabela:

Tabela 1 – Níveis e focos de empoderamento

Níveis de empoderamento	Focos
Individual	- Melhoria na condição de vida, conscientização, autoestima e autoconfiança
Relacional ou Familiar	- Inclusão social, educação, qualificação, capacitação e melhoria das relações familiares
Contextual ou Comunitário	- Conquista e defesa de direitos, formação de grupos de apoio, organizações comunitárias, associações e ação social

Fonte: (MOREIRA et al. – 2012, adaptado)

A autora destaca a importância das melhorias nas condições de vida, para o empoderamento individual, bem como capacitação e defesa dos direitos. Horta, Carrillo e Martelo (2015), trazem para discussão o papel do microcrédito como fator exógeno que impulsiona ou não a mulher nessa direção do empoderamento.

Por outro lado, para entender o processo de empoderamento o Fórum Econômico Mundial (2005) apontou cinco dimensões importantes a ser consideradas pelos países que buscam oferecer oportunidades a suas cidadãs, sendo as duas primeiras ligadas ao microcrédito. As dimensões são “a participação econômica, a oportunidade econômica, o empoderamento político, as conquistas educacionais e a saúde e bem-estar”.

Se alcançadas e desenvolvidas estas dimensões apontadas nos países que buscam empoderar suas mulheres significa que estes países estão no caminho correto e possuem grandes chances de alcançar êxito nesse objetivo.

O microcrédito traz consigo práticas educativas e de inserção social que podem favorecer ou não o empoderamento. Segundo Gohn (2004), por mais que os propósitos sejam diferentes para se alcançar o empoderamento é preciso passar por processos políticos e educativos até alcançar as “distintas concepções e ações de empoderamento”. A autora define

ainda que indicadores como a autoestima, a autoconfiança e a autoafirmação se relacionados às melhores condições de vida podem indicar empoderamento individual.

3.2 Empoderamento e microcrédito

Horta, Carrillo e Martelo (2015) explicam que as transformações que desde 1960, com a realização da Conferência Mundial da Mulher em Pequim (1995) e da Cúpula Global do Microcrédito em Washington (1997), o microcrédito tem sido adotado nos mais variados países em desenvolvimento com a perspectiva de diminuir a pobreza e empoderar as mulheres.

A ideia central, de acordo com os autores, é que com o dinheiro do microfinanciamento e a sua própria criatividade estas mulheres poderiam sair da condição de subordinação e assim iniciar um círculo virtuoso (Myrdal, 1976), onde possam produzir, investir, ter sua renda e, assim,- transformar suas vidas.

Após mais de 30 anos do início das operações de microcrédito essa metodologia aporta contradições. Se por um lado a mulher se firma no mercado produtivo, melhora suas condições de vida e aumenta sua participação na tomada de decisão em casa e na comunidade onde vive, por outro lado, o empréstimo é fator de desempoderamento, visto que coloca a mulher na condição de devedora, principalmente quando há má aplicação/gestão do recurso, dupla ou tripla jornadas de trabalho.

Esta condição de devedora, ou mesmo a carga excessiva de trabalho, impõe a estas beneficiárias uma dupla tensão ao tentar conciliar as atividades financeiras e os problemas criados dentro de casa devido à dívida adquirida. Esta realidade foi encontrada nos relatos das mulheres atendidas pelo Banco do Povo de Palmas, com incidência inclusive surgimento ou agravamento de problemas de saúde após esforços para quitar ou manter os pagamentos das parcelas dos empréstimos.

Horta et al (2015) diz que com as microfinanças esperava-se que as mulheres pobres, antes excluídas do sistema bancário tradicional, obtivessem êxito econômico rapidamente, pudessem ainda alcançar empoderamento e assumir novos papéis sociais antes exclusivamente masculinos, tudo isso num curto espaço de tempo. Esperava-se que pelo menos, estas mulheres, com o dinheiro, pudessem obter mudanças positivas e decidir sobre sua própria vida.

Apesar de voltadas para o âmbito financeiro e englobarem o microcrédito a metodologia adotada pelas microfinanças assumem também um papel social por ser

diferenciada, com uma abordagem mais próxima do cidadão, baseada na confiança e no relacionamento entre a entidade financiadora e os seus clientes; esta modalidade de política pública assume também outras funções como incentivar a capacitação profissional, o aumento da participação social, a melhoria na educação, saúde, etc. (CACCIAMALI et. al. 2014).

O autoemprego e as atividades relacionadas à vida doméstica constituem os ramos mais procurados pelas beneficiárias de microcrédito. Horta et al (2015) afirma ainda que essas atividades reforçam e perpetuam os papéis sociais impostos às mulheres ao longo dos séculos, a chamada cultura da domesticidade.

Mas os autores não descartam que, de um modo geral, esta ferramenta é uma das ações escolhidas para tentar mitigar a pobreza justamente por tratar-se de uma política que não apenas atenua o problema da pobreza, mas, proporciona outros ganhos sociais, conforme afirma Horta (2014, p. 98) quando diz:

(O microcrédito) mejora las condiciones de vida de las personas, pues requiere de su participación, las considera protagonistas activas, las responsabiliza de su propio progreso y las involucra en el desarrollo de habilidades para crear ideas novedosas que pueden materializarse en pequeñas empresas.

As mudanças alcançadas pelas mulheres através do microcrédito estão, de acordo com Horta, Carrillo, Martelo (2015, p. 27), intimamente ligadas ao fator poder e às estruturas de poder que secularmente colocaram as mulheres em posições inferiores ou submissas aos homens como apontam: “En el centro de la estrategia está el cuestionamiento al poder: Quién lo tiene? Quién controla los recursos? Cómo alcanzarlos? Cómo acceder a las estructuras donde se toman decisiones y se tiene injerencia em ellas? Quien hace qué cosa? Qué espacios ocupan?”.

A mulher beneficiária do microcrédito, e as demais, para alcançar o empoderamento, deve alcançar poder dentro de si mesma e, a partir daí, iniciar um processo de desenvolvimento de suas potencialidades como ser humano.

Os autores destacam que através das microfinanças e do acesso das mulheres ao capital é possível perceber que estas beneficiárias alcançam valorização dentro da comunidade o que, além de aumentar a visibilidade social das mulheres, alcança até mesmo a diminuição dos casos de violência doméstica.

Las mujeres alzaron su voz en el proceso de toma de decisiones al interior del grupo doméstico, aspecto que provoco una reducción de la violencia hacia ellas, trayendo aparejado el conocimiento de sus derechos y un mayor deseo de participar en actos de carácter público. (HORTA; CARRILLO; MARTELO, 2015 p. 29)

É interessante a percepção de Goetz e Sen Gupta *apud* Horta, Carrillo e Martelo (2015) que as mulheres divorciadas, viúvas ou separadas são as que possuem maior controle sobre os recursos do empréstimo e completam que, quanto mais o tempo passa e essas mulheres lidam com as estratégias do microcrédito, melhor elas administram o capital obtido.

Horta, Carrillo e Martelo (2015) apresentam argumentos de que o microcrédito não funciona como uma varinha de condão que retira as mulheres da condição de pobreza e imediatamente as empodera “el microfinanciamiento no tiene la habilidade intrínseca para empoderar a las mujeres”, esses são processos complexos e que não se baseiam apenas em fatores econômicos. As mulheres enfrentam outras barreiras sociais, ancoradas principalmente nas relações de gênero e, ao obter o capital possuem o enfoque de sua opressão-exploração alterado, para que se esqueçam as origens reais de sua exploração.

Bateman *apud* Horta, Carrillo e Martelo (2015) afirmam que o microcrédito e as microfinanças são estratégias anti-desenvolvimento que, além de aprofundar as desigualdades sociais e a pobreza, incentivam e investem na precarização do setor produtivo. Estes autores apontam que na tentativa de quitar seus débitos as famílias, principalmente as mulheres e as crianças, se veem numa situação de pressão psicológica muito intensa, o que acarreta excessivas cargas de trabalho para as mulheres e até, trabalho infantil para crianças que moram com estas mulheres endividadas, sejam estas seus filhos, netos ou agregados.

Os autores trazem para a discussão também o fato de que o sistema é controlado e mediado dentro da ideologia dominante do capitalismo e do patriarcado, ou seja, assumidamente excludente e explorador. Não há questionamentos sobre o processo em si e suas consequências a nível individual e coletivo. Os interessados em desenvolver estratégias baseadas no microcrédito apenas destacam que o desenvolvimento das mulheres é bom para a comunidade como um todo, melhora as condições de vida dos homens/companheiros, dos filhos e demais entes da família, porém não se discutem as desigualdades de gênero e o exercício do poder (HORTA; CARRILLO; MARTELO, 2015).

Ainda de acordo com Horta, Carrillo e Martelo (2015, p. 31) “A través de diferentes mecanismos de transmisión, el modelo de microfinanzas está causalmente asociado a la progresiva desindustrialización, infantilización e informalización del sector de empresas y de la economía local”.

Longe de empoderar as mulheres, alertam Horta, Carrillo e Martelo (2015), o microcrédito desvia recursos importantes que poderiam estar sendo investidos em setores que efetivamente fortaleçam a autonomia, a autoestima e a participação social destas pessoas

como educação, saúde, segurança pública e outros. “Hoy por hoy, el microfinanciamiento sigue sin llegar a los/as más pobres y los objetivos de desarrollo humano están lejos de prevalecer sobre los económicos (PINAR *apud* HORTA, CARRILLO, MARTELO, 2015, p. 32).

No próximo capítulo trazemos a análise das entrevistas realizadas com mulheres que assinaram contratos de microcrédito no Banco do Povo em 2014, 2015 e 2016 e aceitaram participar deste estudo.

4 NARRATIVAS E CONSTRUÇÕES COTIDIANAS: RETRATOS DE MULHERES

Este capítulo traz a análise dos depoimentos coletados durante as entrevistas com as clientes que aceitaram participar deste estudo e que assinaram contratos de microcrédito com o Banco do Povo de Palmas nos anos de 2014, 2015 e 2016. A escolha das mulheres foi realizada aleatoriamente no grupo das atendidas pelo Banco do Povo no período estudado tendo em vista a necessidade de que estas mulheres já tivessem vivenciado todo, ou pelo menos grande parte do processo de utilização do microcrédito. Tendo, portanto, assinado os contratos, recebido os recursos do microcrédito, utilizado esses recursos e vivenciado o período de quitação das parcelas são fatores importantes para a avaliação se houve ou não empoderamento destas beneficiárias a partir do uso do microcrédito.

Os dados pessoais como endereço e contato telefônico das beneficiárias atendidas pelo Banco do Povo nos anos 2014, 2015 e 2016 foram solicitados via Ofício ao Banco do Povo que em resposta enviou os nomes, endereços e contato telefônico de 24 mulheres. Das mulheres constantes nesta relação quatro se negaram a participar da entrevista e nove estavam com os dados de endereçamento e número telefônico desatualizados, não sendo, portanto, efetivado o contato e agendamento das entrevistas. Onze beneficiárias concordaram em participar deste estudo.

Convém destacar que todas as entrevistas foram realizadas pessoalmente em horários mais convenientes para as participantes, após contato telefônico para agendamento. Os encontros aconteceram em locais determinados pelas respondentes, em sua maioria suas próprias residências ou locais de trabalho como praias, área rural à beira do lago de Palmas, Jardim Taquari e centro comercial de Palmas.

A abordagem inicial constituía-se de uma breve explicação sobre o curso e a pesquisa, bem como seus objetivos. Feito isso era apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e após consentimento e assinatura do documento pelas participantes iniciava-se a gravação da entrevista.

A entrevista não seguiu um padrão ou formato único, apenas utilizou-se de perguntas norteadoras sobre o perfil das entrevistadas, utilização dos recursos/empoderamento e empoderamento como um todo. Na primeira parte da entrevista, as depoentes falaram sobre seu perfil com informações como idade, etnia, escolaridade, estado civil, presença ou ausência de filhos e período em que realizaram/assinaram o contrato de empréstimo no Banco do Povo de Palmas.

Na segunda parte foram abordados temas referentes à utilização dos recursos

contratados com o microcrédito como, por exemplo, quem administrou o dinheiro, houve divergências quanto ao uso do dinheiro, o que mudou na vida das depoentes após acessar recursos de microcrédito, se há divisão nas tarefas domésticas e no cuidado com os filhos. Na terceira e última parte das perguntas norteadoras as depoentes expõem sobre seu cotidiano, seus sonhos e desafios, ações e atividades que participam na comunidade.

De posse das gravações dos depoimentos passamos a transcrevê-los, processo que foi feito de forma literal. A análise das entrevistas teve como objetivo captar o real sentido dos relatos, os sentimentos, os silêncios, as imprecisões, comportamentos e crenças fazendo emergir traços históricos e práticas sociais muitas vezes desconhecidos das próprias depoentes. Uma vez que, como aclara Parente (2012), denota-se com essa metodologia “a consciência da historicidade da experiência pessoal e o papel do indivíduo na história da sociedade em eventos públicos: guerras, revoluções, greves, inundações, terremotos”, de tal forma que na construção de políticas públicas também é crucial a análise das falas e vivências de seus personagens, no caso as mulheres beneficiárias do Banco do Povo de Palmas.

Nenhuma das informações solicitadas foi repassada até a conclusão deste estudo. Algumas matérias jornalísticas publicadas no portal de notícias da Prefeitura de Palmas informam valores contratados via microcrédito, porém não adotamos nesta pesquisa por optar por trabalhar com as informações encaminhadas via ofício para a diretoria da instituição. O que corrobora a afirmação de Goulart; Neto (2012, p.04), quando diz que:

É preciso objetivar que o BPC tem uma deficiência significativa em seu sistema de informática. Apesar de ser realizado um cadastro amplo dos clientes e pretensos clientes para a geração da ficha de visita técnica, as informações não são condensadas em relatórios gerenciais e não são acessíveis aos pesquisadores. Isso dificulta e mesmo torna impossível o A densa vida social e política dos agentes da estrutura organizacional do banco do povo. REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 4, n. 2, jan/jul. 2012. acesso a dados que poderiam subsidiar análises precisas e detalhadas sobre o perfil socioeconômico dos financiados.

Em busca de dados sobre atendimentos realizados pelo Banco do Povo de Palmas, foi encaminhado um ofício em janeiro de 2018, após aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Tocantins, solicitando dados financeiros e numéricos referentes aos beneficiários e beneficiárias nos exercícios de 2014, 2015 e 2016, especificamente os seguintes dados: número de pessoas atendidas do sexo masculino e feminino, quantitativo de recursos emprestados por exercício e percentual de pessoas atendidas por modalidade Pessoa Física e Pessoa Jurídica. Solicitamos também, no mesmo documento, o percentual de beneficiários atendidos residentes na zona urbana e na

zona rural no período estudado.

4.1 As entrevistas

Como informado na introdução deste trabalho foram entrevistadas para este estudo 11 mulheres com idade entre 33 e 65 anos, que assinaram contratos com o Banco do Povo de Palmas nos anos de 2014, 2015 e 2016. Sete depoentes são casadas ou estão vivendo em união estável há mais de um ano e todas as sete são mães de dois ou mais filhos; duas das participantes são solteiras, sendo uma delas mãe de duas filhas e a outra não possui filhos. Duas beneficiárias entrevistadas são divorciadas, uma delas é mãe de dois filhos e a outra é mãe de oito filhos.

Das 11 informantes, cinco atuavam em negócios desenvolvidos na sua própria residência, uma em sala comercial, duas em espaços nas praias, uma é ambulante e duas atuam no lago de Palmas.

Como as participantes desenvolvem atividades em ramos diversos para melhor compreensão do estudo trazemos abaixo um breve perfil de cada participante:

- **Participante 01** - Possui 56 anos de idade, é casada e mãe de três filhos, cursa o Ensino Fundamental na modalidade Educação para Jovens e Adultos (EJA), possui um mini-mercado, construído no mesmo lote de sua residência, porém relata que a construção é recente e que iniciou suas atividades com fabricação e comercialização de pães na própria moradia;
- **Participante 02** - Possui 43 anos, é casada e mãe de dois filhos, formação - Segundo Grau Completo. Atua com venda de roupas e acessórios numa sala improvisada na garagem de sua residência; conta com o auxílio de sua filha adolescente no atendimento; relata que trabalhou de doméstica desde os 11 anos de idade;
- **Participante 03** - Tem 33 anos de idade, casada, três filhos e atua no ramo de salão de beleza, o salão está instalado em um dos cômodos da sua residência, possui Ensino Médio Incompleto; relata que iniciou as atividades como manicure aos 13 anos de idade;
- **Participante 04** - Tem 65 anos de idade, casada, cinco filhos, Ensino Fundamental Incompleto e possui uma barraca/restaurante numa das Praias de Palmas;
- **Participante 05** - Tem 50 anos, casada, mãe de três filhos, Ensino Médio Completo e possui uma barraca/restaurante numa das Praias de Palmas;
- **Participante 06** - Tem 39 anos, é solteira, não tem filhos, possui Ensino Médio

Completo. Atualmente trabalha como diarista e como estagiária num escritório, vendia calçados em uma sala alugada e posteriormente na própria residência, porém fechou a loja;

- **Participante 07** - Tem 43 anos, é casada, mãe de quatro filhos - possui Ensino Médio Completo e trabalha como ambulante com vendas de bebidas em grandes eventos;
- **Participante 08** - Tem 47 anos, é divorciada, mãe de duas filhas, atua como aquicultora (engorda peixe no sistema de tanque-rede no Lago de Palmas), possui Ensino Médio Completo; Fica uma parte da semana acampadas em barracas improvisadas com lona e 'madeirite' à beira do lago;
- **Participante 09** - Tem 52 anos de idade, é divorciada, mãe de oito filhos e atua como aquicultora (engorda peixe no sistema de tanque-rede no Lago de Palmas); possui Ensino Fundamental Incompleto; Fica uma parte da semana acampada em barracas improvisadas com lona e 'madeirite' à beira do lago;
- **Participante 10** - Tem 50 anos de idade, solteira, mãe de duas filhas, possui Ensino Fundamental Completo e atua com vendas de bebidas e alimentos numa sala comercial alugada;
- **Participante 11** - Tem 59 anos, é casada, mãe de dois filhos e possui Ensino Fundamental Completo. Atua como costureira em um ateliê instalado na sua própria residência.

Durante as entrevistas as depoentes relataram que para ter acesso ao financiamento no Banco do Povo, dirigiram-se até a instituição, onde foram informadas sobre a documentação necessária para montar um processo de abertura de crédito. Nesta etapa a instituição solicita cópias e originais de documentos pessoais como CPF, RG, um comprovante de endereço de cada solicitante e de seu avalista e um comprovante de renda do avalista.

Convém ressaltar ainda que para financiar suas atividades comerciais por meio do BPP é necessário que a solicitante formalize a sua empresa, caso ainda não possua inscrição, no cadastro de Microempreendedores Individuais (MEI's), por meio do Portal do Microempreendedor.

Após esse primeiro passo o gerente do BPP verifica junto ao SPC e Serasa se há alguma restrição no nome das solicitantes ou de seus avalistas e, se não houver restrições é agendada uma visita técnica onde um agente de crédito vai ao estabelecimento onde são desenvolvidas as atividades das beneficiárias para ter certeza que a cliente atua no ramo informado. Após esse procedimento, os agentes encaminham seu parecer técnico para um comitê que aprova ou não o financiamento conforme explica Goulart; Neto (2012, p. 12).

Após a visita técnica, o agente de crédito encaminha o processo para a análise do comitê de crédito, que decide por sua liberação ou não. Segundo nossas observações o comitê de crédito não realiza reuniões ordinárias. Elas são realizadas em datas conforme a quantidade de processos e a disponibilidade e interesse do presidente (Diário de Campo, 22/06/2010). Não encontramos referências às atividades do comitê de crédito de um banco do povo na literatura específica e não pudemos realizar uma observação participante de uma reunião dessas do BPC. Aprovado o crédito, o cliente e seu avalista são chamados para assinar o contrato.

Durante a realização das entrevistas ficou clara a mudança de postura das entrevistadas quando os respectivos companheiros estavam por perto, assistindo ou/e participando das entrevistas. Em três ocasiões essa situação ocorreu por alguns minutos, onde os companheiros sondaram o teor das entrevistas e após alguns minutos se retiraram do local. Apenas um companheiro insistiu em assistir à entrevista da esposa do início até o final do encontro.

Nestes momentos percebe-se um certo constrangimento das depoentes com a presença dos companheiros, que ao se posicionarem no mesmo ambiente onde eram realizadas as entrevistas nitidamente influenciaram as respostas das entrevistadas.

A renda e o trabalho são determinantes na conquista e vivência do empoderamento feminino, principalmente por tratar-se de fatores essencialmente ligados às possibilidades de emancipação e de independência feminina (GARCIA; ZAPATA, 2012). No caso das beneficiárias do Banco do Povo de Palmas constatou-se que a busca por uma forma de renda é a principal motivação destas mulheres para buscar a contratação do microcrédito.

4.2 Microcrédito utilizado para outros fins

Também foi constatado neste estudo que a maior parte dos recursos contratados via microcrédito foi usado para outras finalidades, alheias à atividade comercial, como por exemplo, pagamento de dívidas residenciais, tratamento de saúde, custeio cursos para filhos e filhas, aluguel, funeral e viagens. Estas são ações alheias à real finalidade do microcrédito. Como, por exemplo, a participante 01 que afirma que usou parte do dinheiro para pagar contas de casa, empréstimos que havia feito com pessoas conhecidas e também conta que comprou remédios para a irmã, quando esta ficou doente. Conforme relata:

Peguei primeiro cinco mil, gastei no mercado, comprei tudo que o mercado precisa, paguei umas conta, eu tava preocupada, porque eu tinha umas continhas, tem contas que você tem que pagar em dia, aí eu pensei - eu vou pegar o dinheiro, eu pago e fico 'livre'. Aí eu toco a vida pra frente. Eu pego o empréstimo e num guardo o dinheiro, ele chega e sai pra fora, pagando as contas, pago tudo de conta, compro

mais, joga no mercado, o que tem no mercado tudo é meu, num tem nada de ninguém. Tudo é meu. (...) No segundo empréstimo eu devia uns biquinhos e eu num gosto de dever gente, eu gosto de dever o banco, aí eu digo ... vou pegar o dinheiro no Banco do Povo e aí eu pago todo mundo e o que sobrar eu joga na prateleira. Também ajudei minha irmã no tratamento de saúde, ela veio do interior e ficou aqui em casa, eu tive que fazer a despesa.

Ainda exemplificando esse uso inapropriado do recursos temos o depoimento da ‘participante 02’ que usou o dinheiro para viajar e pagar o funeral da mãe. Ela conta

No dia que eu recebi o dinheiro eu recebi a notícia que minha mãe passou mal, teve um AVC, aí eu fui para o Piauí, cuidei dela, fiquei lá e ela veio a falecer, tive que usar o dinheiro para pagar as despesas lá (no Piauí) porque minha mãe morreu. Eu estava com poder naquela hora, porque eu ajudei meus irmãos, o dinheiro não era para aquilo, mas foi muito bom, porque me ajudou.

A ‘participante 06’ relata que com o dinheiro construiu um cômodo em sua casa para abrigar a loja de calçados, segundo ela parte do dinheiro foi usado para despesas de casa. Como relata a depoente

Eu fui trabalhar com calçados porque meu cunhado recebeu uma lojinha em pagamento de um lote, e ele disse assim - eu num tenho ‘espírito’ para mexer com isso, você toca a loja e em troca faz uma poupança para meus meninos. Eu aceitei e aí minha vizinha me disse para ir no Banco do Povo, daí eu fui lá ver e peguei o dinheiro. Daí eu paguei umas contas e construí um cômodo aqui no meu barraco para sair do aluguel.

De acordo com Goulart; Neto (2012, p. 17) é comum essa utilização do microcrédito para outros fins. Destacam os autores:

O emprego do recurso não é orientado pelo estabelecido no contrato formal, mas pelas intempéries da vida individual e, principalmente, familiar. Trata-se de uma hierarquia de prioridades que se impõe e que prioriza atender as necessidades urgentes de saúde, de educação, da casa e de rituais sociais: ir ao médico, comprar remédios, comprar uniforme escolar, reformar a casa, fazer a feira, custear o enterro de um familiar, custear roupas, etc. para um casamento, batizado, etc.

Conforme García; Zapata (2012, p. 102), quando usado de forma adequada o microcrédito é uma ferramenta de luta contra a pobreza e seu principal papel é inserir as mulheres na esfera pública “um lugar tradicionalmente ocupado pelos homens e cenário a partir do qual emergem um dos problemas estruturais históricos: o acesso desigual das mulheres aos recursos e sua limitada participação econômica-política”.

Nesse estudo percebemos que ao ter acesso ao recurso financeiro do microcrédito as mulheres passam a contribuir com as despesas de suas famílias, porém não ocupam lugares de comando e decisão, não são inseridas em processos sociais e políticos de sua comunidade, continuam nas atividades ligadas à esfera doméstica, sem acesso às melhorias em sua escolaridade, saúde e, em sua maioria, com uma carga de tarefas ampliada.

A inserção no mercado de trabalho, a baixa escolaridade e a necessidade de cuidar dos filhos são as principais dificuldades enfrentadas e relatadas pelas mulheres entrevistadas neste estudo.

Em busca de renda e sustento para suas famílias essas mulheres contam que buscam desenvolver atividades por conta própria, a grande maioria na própria residência ou num espaço bem próximo de sua moradia. Todas as participantes relatam que a sua rotina é ‘cansativa’ tendo a maior parte delas que acordar antes das 5h da manhã. No caso das aquicultoras, conforme relatos, já houve casos de iniciar as atividades às 22h e só finalizar às 8h (ou seja, elas pernoitam trabalhando em seus barcos).

4.3 Da informalidade no trabalho

Nos relatos das depoentes fica evidente que todas as 11 realizavam trabalhos sem carteira assinada e por conta própria, o chamado trabalho informal. Elas optaram por esse tipo de trabalho por enfrentar dificuldades em adentrar no mercado de trabalho. Muitas delas relatam que por não ter onde deixar os filhos menores de idade para trabalhar, ter que cuidar de idosos ou por ter baixa escolaridade optaram por atuar com venda de produtos de beleza, pães, bolos, bebidas, salgadinhos, confecção e vendas de roupas e calçados, etc. e iniciaram essas atividades por conta própria, diante da necessidade de aumentar a renda da família.

A ‘participante 01’ relata que fazia pães e bolos na sua casa e revendia para a vizinhança, e que se preocupa com a aposentadoria, pois não tinha carteira assinada e pensa em se aposentar no futuro conforme conta: “aposentadoria é complicado, porque você tem que pagar os boletos tudo em dia. Eu tentei pagar por conta própria. Comecei pagando direitinho, mas aí ... tive caso de doença na família, parei. Mas eu quero colocar em dias, eu quero comer do Governo ainda uns 20 anos”.

A ‘participante 09’ conta que atuou por mais de 30 anos como pescadora, porém sem estar legalizada junto aos órgãos que regulamentam essa atividade. Ela explica que muitas vezes a pescaria era apenas um trabalho para sua subsistência, porém, ela relata que comercializava o peixe no município em que vivia e usava o dinheiro para comprar outros

produtos e pagar o aluguel de sua residência, pois o esposo trabalhava na roça.

Nota-se que estas atividades possuem traços de invisibilidade, de exploração e de desempoderamento como pode ser visualizado neste relato, em que ela afirma que atuava sem carteira assinada:

Já rodei por muito lugar, vinte e dois anos eu morei na Caseara, trabalhava de pescaria, mas, assim... não tinha carteira, num tinha como as mulhé tirar carteira, depois liberou para as mulhé... mais aí eu deixei de pescar e fui pra ilha plantar roça, morei sete anos na roça, (suspiros)... mais aí criou o parque Cantão, aí proibição de queimada, não sei quê, porque é um parque e quem vivia da roça teve que sair. Eu num vou ficar aqui, fazer o que aqui? Pescar eu num posso. Aí tive que sair. Saí e fui morar na Caseara, morei ainda uns quatro anos ainda, de aluguel, pagava com a pesca ...vendia lá na Caseara mesmo. Mas nunca tive documento de pescadora, nunca tive direito a nada.

O depoimento da ‘participante 02’ também confirma a opção pelo trabalho informal, somente após procurar o Banco do Povo de Palmas, essas mulheres se inscreveram no Portal do Microempreendedor Individual. Antes, elas ‘se viravam’ à sua maneira e sempre encontravam uma forma de trabalhar e cuidar da família, mesmo que para isso, passem a enfrentar a ampliação da jornada de trabalho. Como relata a depoente

Eu vendia roupas como sacoleira, daí uns três anos atrás eu fui no SEBRAE e eles me disseram que se eu fosse no Banco do Povo eu ia conseguir pegar um empréstimo para comprar mercadorias. Particpei de quatro reuniões no Banco do Povo, junto com minha sobrinha, que foi minha avalista.(...)Eu comecei a vender roupa porque meu filhos estavam me chamando de tia, ficava muito tempo fora, sem ver eles... comprava as roupas em Goiânia e revendia aqui, para minhas conhecidas. Eu num tinha tempo pra eles quando trabalhava em lojas, aí tomei a decisão de vender roupas por conta própria para ficar mais quieta em casa.

As mulheres enfrentam muitas outras barreiras sociais, ancoradas principalmente nas relações de gênero, raça e classe social. Mesmo tendo acesso ao capital do microcrédito para investimento uma das depoentes, a ‘participante 06’, de 39 anos, que relatou que não conseguiu ‘tocar’ o seu negócio, hoje se encontra desempregada (atua como diarista). Conforme relata a ‘participante 06’:

Eu vi que as coisas foi ficando difícil, as vendas tudo eram fiado ou parcelado em muitas vezes. O povo não me pagava. Daí eu tive muita dificuldade, daí eu tive que fechar. Paguei o empréstimo e fechei a loja. Depois eu procurei serviço, mas, eu não consegui serviço porque as pessoas só pega se tiver experiência e eu não tenho.

Essas dificuldades, essas características e vivências que são narradas por essas mulheres trazem traços de desigualdade e de opressão, a mulher luta contra pensamentos

socialmente solidificados de que a mulher é inapta para conduzir uma empresa, a mulher não vai cobrar os clientes e por isso as vendas à crédito acabam por fracassar. Essas construções sociais negativas só ficam visíveis quando se atua com a perspectiva de gênero.

A partir dessa perspectiva é possível que as ações e estudos construídos sobre diversos temas façam com que pela primeira vez as mulheres sejam vistas como protagonistas, destinatárias e beneficiárias das políticas públicas e dos processos participativos. Elas deixam de atuar conforme dita o sentido patriarcal, onde eram como “ser-para-os-outros” e passam a expressar suas aspirações, saem de uma condição de alienação e passam a agir “para-si”, passam a enfrentar a opressão, a buscar melhores condições de vida, a cuidar de si mesma e a tornar-se protagonista de sua vida (LAGARDE, 1996).

4.4 Atividades domésticas ou realizadas na própria residência

Nos relatos das clientes do Banco do Povo em Palmas fica claro, no entanto, que as atividades desenvolvidas pelas mulheres beneficiárias são atividades atreladas às funções reprodutivas e domésticas, pois a maioria das beneficiárias desenvolvem as atividades em suas próprias residências ou em locais muito próximos a estas.

Estas mulheres optam por atuar em ramos como confecção, produção e vendas de alimentos, vendas de cosméticos, salão de beleza dentre outras atividades e, ao limitar-se a estes trabalhos elas deixam de atuar em espaços tidos como de maior influência, de poder ou que possibilitam maiores ganhos econômicos corroborando o que diz HORTA et al. (2015, p.47) ao destacar que:

Existen terrenos específicos para que las mujeres realicen SUS actividades económicas, lugares estratégicos donde plasman las dimensiones de género y de las nuevas formas de presencia económica, espacios que les pertenecen, pero que pueden limitar um verdadero empoderamiento. La apropiación del espacio tiene efectos em la división sexual del trabajo y em la movilidad de las mujeres.

De tal forma que das 11 entrevistadas cinco desenvolvem suas atividades dentro da própria casa, na maioria das vezes enquanto continuam a realizar as suas tarefas cotidianas de mãe e esposa, lavando, passando, cuidando dos filhos entre outras tarefas. Como relata a participante 11

Faz mais de 40 anos que eu trabalho com costura, no início era com vestido de noiva, sempre cuidando da casa (...) Eu que faço o serviço de casa, trabalho em casa e no atelier. Acordo muito cedo, levanto 5:40h pra fazer a caminhada, os exercícios, que eu tenho que fazer...eu já levanto com tudo programado... aí chego, preparo o café da manhã, tomo banho e vou para o atelier, quando dá onze, onze e pouco...

venho fazer o almoço. Depois volto para o serviço, e assim, passo o dia todo.

A ‘participante 03’ também relata que divide sua rotina entre cuidar do salão de beleza, que está instalado numa sala construída em sua residência e cuidar dos três filhos, sendo dois adolescentes e um bebê de um ano e quatro meses. A depoente relata que o cuidado com a casa e com os filhos acaba por limitar sua atuação profissional e foi determinante na hora de definir o local de seu negócio, no caso um pequeno salão de beleza. Conforme afirma:

O difícil é cuidar da casa né? Dos filhos da gente, mas é igual eu te falei, meu marido também me ajuda, ele fica em casa, trabalha a noite. Meu salão aqui na minha porta é melhor, porque já está dentro da minha casa, qualquer coisa eu corro lá. Eu faço uma comida, dou banho no nenê, estou sempre perto. Ele também me ajuda quando eu estou ocupada.

Nesta fala é interessante perceber que a participação do pai nos cuidados com o filho é tida como uma ‘ajuda’ e que essa atitude de cuidar do filho só acontece quando a mãe encontra-se ocupada com outra atividade. Sobre a participação do marido nas tarefas diárias da casa e também no cuidado com os filhos a ‘participante 11’ relata:

Ele nunca ajudou porque sempre trabalhou fora...e eu também trabalhava fora, antes de ganhar a bebê era fora ... Quando eu ganhei ela eu parei de trabalhar fora e comecei a costurar em casa ...fazia os vestido de noiva, e foi assim até ela fazer nove anos, daí depois dos nove anos eu voltei a trabalhar em atelier.

Das sete depoentes restantes, duas trabalham em barracas na praia e ali almoçam e passam o dia com suas famílias e outras duas atuam no lago de Palmas, onde acampam e também acumulam as funções de aquicultoras e donas de casa.

A ‘participante 05’ relata acúmulo de tarefas com jornada na barraca de comida e em casa. De acordo com ela, os serviços são divididos com a nora atualmente, porém o marido nunca dividiu ou executou funções de cuidado de casa e dos filhos do casal. “Todo dia eu venho trabalhar aqui, chego 8h, tenho horário para chegar, mas não tenho para sair daqui. Mas antes de vir para cá, tenho o serviço de casa, agora tenho minha nora que me ajuda, antes eu fazia sozinha ou fazia ou pagava alguém pra me ajudar”.

Ainda sobre divisão sexual do trabalho García; Zapata (2012), destacam que mesmo havendo mudanças na estrutura do trabalho que trouxesse as mulheres para o espaço produtivo, essas mudanças, mesmo com todos os esforços das mulheres neste sentido, não alterou a figura ou o papel dos homens que permaneceu quase intacta. A mulher acumulou

então funções, atividades, ampliou sua jornada. Assumiram um duplo papel ao atuar no mundo produtivo e no reprodutivo.

4.5 Educação: dificuldades em prosseguir com a formação escolar

As mulheres entrevistadas relatam que desde a infância enfrentaram barreiras para iniciar ou dar continuidade aos estudos. A jornada de trabalho, segundo as depoentes, é um fator determinante na ausência de maior capacitação e formação educacional em suas vidas. Nenhuma das 11 entrevistadas possui ensino superior completo.

Uma das dificuldades para continuar o ciclo de ensino é o acúmulo de tarefas como relata a ‘participante 01’ que morava na região rural do estado do Maranhão, casou-se com 14 anos e, quando mudou-se para Palmas, em 1990, pensou em retomar os estudos, porém ela disse que o trabalho doméstico foi um dos entraves na época, hoje com os filhos casados ela conta que estuda no período noturno o Ensino Fundamental. Conforme relata:

Quando eu cheguei aqui eu num tinha tempo para nada, principalmente para estudar, cansada de tanto trabalhar... eu queria era um sossego. Aí fui correr atrás de casa, correr atrás de estudo pra menino, queria formar menino, aquele rolo. Até que formei uma filha, a outra num se formou porque casou e a gente levou a vida graças a Deus. (...) Eu voltei a estudar porque aqui no mercado precisa muito de alguém que saiba. Aí quando ia no final do ano resolver os problemas da empresa eu tinha muita dificuldade... eu ficava com medo, tremia, porque lá era na mão, escrevendo. Aí eu fui e resolvi estudar para no dia que for preciso fazer alguma coisa, eu num to com medo, eu já sei por onde começar.

Algumas participantes relatam que seus companheiros não as deixaram continuar os estudos, na maioria dos relatos é possível perceber que a negativa dos cônjuges, restringindo a formação das parceiras se dá por ciúmes, transparecendo um sentimento de posse e comando sobre a companheira. Esses relatos evidenciam o desempoderamento destas mulheres, ficando subordinadas e oprimidas conforme conta a ‘participante 01’

Aí quando nós chegamos no Pequizeiro, eu digo: eu vou estudar. Meu marido num deixou. Eu falei tá bom, num deixa... eu num vou perdê marido por causa de escola. Fui burra ainda. As meninas já tudo grande, ia mais eu pra escola. Tinha briga. Eu estudei duas semanas, foi duas semanas sem ele falar comigo, aí eu digo, não, num vou perder o marido, por causa da escola. Deixa pra lá.

Além dessa submissão ao marido e o acúmulo de funções outras entrevistadas narram um contexto de vida marcado por privações, baixa autoestima, desigualdade de gênero, dificuldades de acesso à educação e violência. Conforme demonstram as falas de depoentes

como a ‘Participante 02’ que diz:

Comecei a trabalhar com 11 anos, fui trabalhar nas casas de família. Meus pais moravam na roça, e eu fui pra casa dos outros pra trabalhar mesmo. Lá eu não estudava, fui pra trabalhar mesmo. Só consegui estudar quando eu vim morar em Palmas. Eu trabalhei nas casas dos outros uns 15 anos, quando eu vim para Palmas, eu fui trabalhar na casa de uma mulher e fiquei lá por 09 anos, peguei o filho dela com seis meses e deixei a casa quando ele tinha nove anos.

A maternidade também é encarada como um entrave pelas beneficiárias do microcrédito na hora de dar continuidade na formação educacional ou procurar emprego. Como destaca a ‘participante 01’:

Eu num tinha tempo para nada, principalmente para estudar, cansada de tanto trabalhar... eu queria um sossego. Aí fui correr atrás de casa, correr atrás de estudo pra menino, queria formar menino, aquele rolo. Até que formei uma filha, a outra num formou porque casou e a gente levou a vida graças a Deus

Já a ‘participante 08’ conta que viveu violência psicológica e física. De acordo com os relatos a violência só parou após acionar o sistema judiciário:

Eu fui uma esposa dedicada por 30 anos e sofri muita violência, meu casamento não deu certo devido à violência do alcoolismo e por ser militar, porque o militar gosta muito de agredir as esposa (sic), ... então foi quando eu fugi pra cá, foi que eu consegui ... achava que eu nem ia conseguir este edital [refere-se à autorização para atuar no lago de Palmas] ...por eu na época ainda estar casada com ele no papel, e eu fugi dele... ele ainda chegou a procurar por mim...mas hoje ele está na Maria da Penha, por agressão né? Tenho B.O's aí que é de arrepiar, tenho muito medo.

Ao relembrar estes acontecimentos as depoentes veem na História Oral a possibilidade de narrar fatos com a sua percepção da realidade, dando forma a relatos por vezes (in)visibilizados que podem ser multiplicados por milhares de situações semelhantes às narradas, vividas por mulheres nos estados do Norte do Brasil.

As entrevistas com História Oral “colocam estas mulheres como protagonistas, permitindo que contem sua história e construam oralmente o relato da sua identidade, que falem do seu cotidiano e das mudanças que percebem e vivenciam subjetivamente (Guerrero, 2015, p. 63). A ‘participante 06’ narra que:

Sofria muito. Meu pai mudou para uma vila e me chamou de volta pra casa, eu morava com outra família, voltei, mas lá era muito ruim. Não tinha roça, não tinha nem arroz, nem legumes e aquilo era muito ruim. E a gente sofrendo, eu vi que quando a situação é difícil todo mundo fica irritado na casa. Eu via meus irmãos e minha mãe passando aquela situação eu não me sentia feliz. Eu sentia muita raiva e não tinha jeito de ajudar e quando eu via minha mãe grávida eu brigava com minha

mãe demais, porque eu já via a situação que os outros passavam. Era tanto que quando minha mãe ficava grávida ela não queria falar, tadinha, ... mas eu não entendia, naquele tempo, eu só não queria que os meninos vivessem daquele jeito.

Dentre as beneficiárias do Banco do Povo nota-se ainda, que o autoemprego e as atividades relacionadas à vida doméstica constituem os ramos adotados pela maior parcela de beneficiárias atendidas por meio da autarquia. O que corrobora afirmações de vários autores como HORTA et al, 2015; CACCIAMALI, et al., 2014; DE KRUIJF, 2015, consultados durante a pesquisa que alertam que estas atividades reforçam e perpetuam os papéis sociais impostos às mulheres ao longo dos séculos, a chamada cultura da domesticidade.

4.6 Papéis de gênero

Os relatos das participantes apontam para a prática de divisão sexual das atividades, que conforme já levantado por Parente (2007) são práticas comuns, corriqueiras, quase invisíveis e, em sua maioria cristalizadas na cultura das sociedades, onde partem de diferenças biológicas para marcar o campo social de forma desigual e sexista, sempre em detrimento das mulheres colocando-as numa condição de subordinação.

Os papéis de gênero assumem, então, um viés natural ao longo dos séculos, sendo transmitidos de geração para geração, perpetuando inclusive as demarcações ligadas à renda e ao *status* social conforme destacam Zibetti e Pereira (2010, p. 261) onde afirmam que “a entrada de muitas adolescentes pobres no mundo do trabalho ocorre via emprego doméstico, uma vez que desde a infância são submetidas a uma espécie de treinamento especial para o exercício destas funções, fornecido pelas mães, avós, tias ou qualquer outra figura feminina próxima”.

Conforme fica evidente no relato da ‘participante 01’ que afirma que em sua casa o cuidado com os filhos, com a limpeza e com a preparação de alimentos fica sob sua responsabilidade, como afirma:

Aqui ele ajuda de vez em quando, tudo é eu, ele ajuda por ajudar, mas tudo é eu. Quando a gente morava na roça ele num ajudava com os filhos pequenos porque ele era só na roça, tudo era eu, lavar roupa, cuida dos bicho, das galinha, porco (...) Toda vida eu trabalhando de dia e de noite, nesse pique, toda vida, toda vida. Levantando cedo, aquele corre-corre, trabalhando, trabalhando. Eu faço tudo, eu lavo roupa, eu lavo casa, faço tudo; Tudo é eu. Faço almoço e janta, o serviço da casa é todo meu. Tem dia quando ele tá de boa ele faz o almoço, mas num é todo dia. De segunda a segunda, é todo dia, todo dia, tudo é eu. Tudo é eu. ...E minha casa, quem quiser pode entrar, faz vergonha, porque é casa de gente fraco, mas ... graças a Deus eu num tenho do que reclamar não! Tudo é eu, ontem mesmo saí pra pagar conta quando cheguei fui fazer almoço.

O relato dessa participante e de outras desse estudo corrobora o que dizem Goulart; Neto (2012, p.05) quando destacam o perfil dos tomadores de empréstimos no Banco do Povo de Palmas, de forma que a realidade encontrada pelos autores em 2012 é comprovada neste estudo. Conforme os autores, os clientes do Banco do Povo:

São pessoas vindas de outras cidades com os familiares em busca de melhor inserção econômica; têm filhos; em sua maioria têm baixa escolaridade (salvo alguns que têm o segundo grau e até o nível superior); em seus microempreendimentos possuem poucos funcionários, quando possuem, e contam com a ajuda de familiares; e são empreendimentos resultantes da busca por pequenas atividades comerciais ou industriais como meio de aumentar a renda familiar.

No caso das mulheres entrevistadas fica clara a relação de subordinação e até mesmo de exploração por parte dos companheiros, sendo algumas delas obrigadas a repassar o valor obtido com suas atividades, havendo relatos de situações de privação, tanto para elas quanto para seus filhos. Como a clara a fala da ‘participante 09’ quando relata:

Engraçado...nóis trabalhava e o dinheiro só no bolso dele.. só no bolso dele.. foi indo começou atrasar aluguel, e vida dura, vida dura, e ficando sem roupa... cheguei a falar pra ele, ...eu vou largar de pescar ...e vou trabalhar por minha conta própria, arrumar outro serviço, ...e nem comida para uma filha que morava mais eu, já num tava sobrando e eu fazia dinheiro, 700, 800 por semana, eu num via não, via isso não (o dinheiro)... na bebedeira na rua, gastava tudo na bebedeira.

No caso da ‘participante 06’ essa situação de desempenhar papéis tidos como ‘femininos’ era agravada pela necessidade da depoente de conseguir manter-se com o mínimo necessário, visto que ela trabalhava em casas de outras famílias e recebia comida e roupas como forma de pagamento, como fica claro em sua afirmação: “Quando eu fiz 13 anos eu saí de casa pra trabalhar, eu nunca morei fixo com a minha mãe, sempre morando na casa dos outros, e eu não estudava, trabalhava a troco de comida, roupa e calçado”.

4.7 Tomada de decisão e pressão para pagar microcrédito

Nos relatos fica evidente que a maior parte das beneficiárias consultou seus companheiros na hora de decidir onde e como aplicar o recurso do microcrédito. Essa dependência da aprovação do parceiro na hora de tomar decisões demonstra o desempoderamento da mulher afirma Horta et al. (2015, p. 44) ao destacar que:

La participación de las mujeres en el trabajo remunerado frecuentemente se encuentra supeditada al consentimiento de los hombres (pareja), sobre todo cuando se presentan necesidades apremiantes o ante coyunturas de crisis, o cuando los ingresos del proveedor (generalmente el varón) son insuficientes para cubrir las necesidades del grupo doméstico, por lo que el trabajo de las mujeres es considerado complementario.

A ‘participante 03’ relata que a aplicação do dinheiro oriundo do microcrédito foi decidida em conversa com o marido.

Eu peguei cinco mil e comprei material porque no começo eu num comprei coisas boas né comprei uns mais em conta porque eu num tinha dinheiro. Então com a metade do dinheiro eu comprei lavatório, secador, bebedouro e reformei também, o salão, a gente sentou, conversou e decidiu como ia fazer. Mas, na parte do meu negócio, a maioria das vezes eu que tomo a decisão.

Sobre a decisão de trabalhar a ‘participante 01’ relata que a necessidade de dividir as despesas da casa motivaram seu companheiro a aceitar que ela buscasse uma alternativa de renda. “Ele apóia eu trabalhar porque é o jeito, não tem outro jeito não. Sempre a gente trabalha junto, um sai pra um canto e o outro sai para o outro”.

Algumas depoentes relataram dificuldades para quitar o contrato com o Banco do Povo o que corrobora a afirmação de Horta (2015) a ‘participante 07’ conta que:

Ia usar o dinheiro para ir comprar roupa em São Paulo, porque eu nunca fui e com esse valor dava para ir, entendeu, mas aconteceu isso, minha mãe morreu, né eu assumi muitas coisas lá... eu não consegui pagar todas as parcelas, quando minha mãe morreu eu fiquei muito ruim, aí desandou as coisas, mas eu pretendo pagar, já paguei 15 parcelas e vou conseguir pagar.

Sobre a pressão para cumprir com o referido contrato a ‘participante 03’ relata:

Para pagar as parcelas no começo eu não tive dificuldade. Mas o meu marido perdeu o emprego e depois veio essa crise, né aí ficou um pouco complicado para pagar né eu não consegui pagar tudo. Aí eu fui lá e negociei. Oito parcelas atrasadas. Eu fiquei desesperada, porque ficar devendo o nome da gente vai pro SPC, é ruim.

A ‘participante 07’ relata que as dificuldades para pagar o contrato no seu caso tiveram origem no formato do programa, pois ela assinou o contrato juntamente com outras duas pessoas na modalidade avalista solidário, que é quando é formado um grupo de pessoas e todos os membros se responsabilizam pelos pagamentos como um todo, cada um dos beneficiários paga sua cota e a quitação do contrato fica condicionada ao pagamento do valor total contratado pelos membros do grupo. Conforme ela afirma:

Eu tive muita dificuldade pra quitar porque na época nós fizemos um grupo de três pessoas e eu paguei, minha vizinha pagou e o único homem do grupo não pagou, ele pagou somente duas prestações e abandonou, até hoje, acredito que está devendo lá. Eu ainda quero fazer outro empréstimo, mas preciso me regularizar primeiro.

Ao relatar sobre a decisão de iniciar um negócio próprio as participantes demonstram que a possibilidade de trabalhar e cuidar dos filhos e demais membros da família, a redução ou flexibilização da carga horária na atividade produtiva e a inexistência de subordinação a um chefe direto são fatores que tiveram peso, conforme diz a ‘participante 02’ que relata: “Eu trabalhava numa loja e meus filhos ficavam com a minha cunhada. Eles tavam me chamando de tia, eu num tinha tempo pra eles, aí tomei a decisão de vender roupas por conta própria, faço meu horário e cuido mais deles”.

García, Zapata (2012, p.109) defendem que mesmo as mulheres usando o microcrédito na satisfação das necessidades de membros de seu grupo familiar e tendo acesso, por meio dele, a funções produtivas, a sua entrada e saída no mercado de trabalho são condicionadas pelos ciclos familiares e atividades no âmbito familiar por ela adotadas, como a educação de crianças e cuidado com idosos, como pais ou sogros. Os autores destacam que:

El modelo masculino de “hombre proveedor” presupone que los varones se incorporan o abandonan el mercado laboral según las presiones o exigencias del ciclo vital en el que se encuentran. En Las tareas que asumen las mujeres (cuidar y educar a hijos e hijas, ver por lós enfermos y personas de la tercera edad) les condicionan y limitan el acceso al mercado laboral, así, los procesos implícitos en el sistema de las microfinanzas que apelan a la disminución de la pobreza y desigualdad en la que viven las mujeres han logrado éxitos parciales, no obstante el hecho de que las mujeres se inserten al mercado mediante el uso de estos recursos no resuelve del todo la problemática de su pobreza.

A afirmação das autoras corrobora com o pensamento de León (2001, p.97) em que a autora defende que para que haja o empoderamento é necessário avaliar as condições e restrições impostas à categoria em análise, sempre com intenções de mudanças, de construção de condições de equidade e crescimento. Conforme explicita a autora:

Este empoderamiento puede ser una simple y mera ilusión, si no está conectado con el contexto y se relaciona con acciones colectivas dentro de un proceso político. Si bien es cierto que resulta importante reconocer las percepciones individuales, no se puede reducir el empoderamiento de manera que ignore lo histórico y lo político. El empoderamiento incluye tanto el cambio individual como la acción colectiva. El empoderamiento como autoconfianza y autoestima debe integrarse en un sentido de proceso con la comunidad, la cooperación y la solidaridad. Al tener en cuenta el proceso histórico que crea la carencia de poder, se hace evidente la necesidad de alterar las estructuras sociales vigentes; es decir, de reconocer el imperativo del cambio.

Gohn (2004) aponta que o microcrédito traz consigo práticas educativas e de inserção social que podem favorecer ou não o empoderamento. Nesta perspectiva a análise dos relatos das entrevistadas revela que tais práticas não foram realizadas ou mesmo incentivadas pelo programa de microcrédito adotado pelo Banco do Povo de Palmas. Durante as entrevistas em nenhum momento as participantes afirmaram ter sido convidadas, convocadas ou impulsionadas a participar de reuniões, associações, debates, cursos, palestras, oficinas ou simplesmente foram abordadas pelos agentes da instituição com o intuito de retomarem os estudos.

O único curso relatado pelas beneficiárias foi ofertado pelo Sebrae antes da assinatura do contrato com o Banco do Povo e, inclusive, é a partir dos cursos no Sebrae que muitas das mulheres atendidas são encaminhadas para o Banco do Povo e requerem o microcrédito como afirma a participante 03 “Eu peguei primeiro um empréstimo de mil reais no estado e abri o meu salão, daí eu resolvi ir no Sebrae para abrir o microempreendedor, e lá eles me informaram que a Prefeitura estava fazendo empréstimo para o microempreendedor. Daí eu fui lá e peguei dez mil, em 2015”. Desta forma este estudo aponta que mesmo com definições rígidas e lei própria, que especifica suas metas e atribuições, o programa de microcrédito da Prefeitura de Palmas não é realizado da forma como especificam estas normativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de condições para o empoderamento feminino tem sido uma das preocupações de governos e órgãos internacionais, como a Organização das Nações Unidas que, dentre outras iniciativas, mantém o Comitê sobre o Estatuto das Mulheres (CSW), o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e outros. A questão é abordada, sobretudo nos programas voltados para a melhoria da qualidade de vida, diminuição das desigualdades de gênero, aumento de emprego e renda e luta contra a pobreza. De forma que, dentre as políticas que buscam combater a pobreza e empoderar as mulheres o microcrédito tem ocupado uma posição de destaque.

O microcrédito, empréstimo de pequenas quantias de dinheiro a pessoas de baixa renda, tem sido implantado em diversos países, principalmente nos países em desenvolvimento como os da América Latina, com o objetivo de dar condições para seus clientes em sua grande maioria, mulheres, passem a ter uma atividade geradora de renda e com isso mudem a sua realidade social e de suas famílias, principalmente a de suas crianças.

Neste estudo desenvolvido com as beneficiárias do microcrédito operacionalizado pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária do Município de Palmas – BANCO DO POVO constatou-se por meio da História Oral que o acesso aos recursos traz melhorias nas condições de vida das mulheres pesquisadas, no entanto, apenas a renda não foi capaz de empoderá-las no sentido de dar condições de emancipação, autonomia, participação social, autoestima e formação educacional, fatores importantes para o real empoderamento destas mulheres e com impacto direto na formação de seus filhos e de todas as pessoas que convivem com elas.

Mesmo se estas mulheres utilizassem os recursos obtidos com o empréstimo no microcrédito exclusivamente para investimentos em seus negócios, o que não foi confirmado na realidade verificada neste estudo, o empoderamento poderia ser parcial, pois, para ser mais amplo deveria estar acompanhado de orientações e capacitações que guiem essas clientes para um processo de tomada de decisões sobre os investimentos, seus próprios negócios e as rendas futuras, sendo imprescindível também uma mudança cultural em todo o seu círculo familiar e comunitário a partir de sua emancipação e maior participação democrática.

Apesar de ser muito importante e ter possibilitado avanços na qualidade de vida de muitas das entrevistadas o microcrédito, enquanto política pública, não foi utilizado de forma a possibilitar a estas clientes mudanças profundas em suas vivências marcadas pela desigualdade de gênero, violência, subjugação e alienação. O fato de nenhuma das

entrevistadas possuir formação de nível superior e grande parte delas, possuir apenas o Ensino Fundamental completo também evidencia a necessidade da política de microcrédito ser mais incisiva no sentido de fortalecer estas beneficiárias e ampliar sua formação seja por meio da oferta de cursos, oficinas e capacitações. Fato que não foi identificado no estudo.

Outra realidade apontada pelo estudo aponta é o acúmulo de funções, com dupla e muitas vezes tripla jornada destas mulheres, que para atuar no chamado, mundo produtivo, não podem deixar de cumprir seus papéis de mãe, esposa, cuidadora de idosos, etc. conforme relatado nas entrevistas. Essa carga excessiva de afazeres, essa pressão, cobranças e tensão se convertem em doenças como o alcoolismo e outras mazelas sociais conforme realçam os relatos.

As narrativas e até o comportamento das entrevistadas mediante a presença ou não de seus companheiros durante a realização das entrevistas deixam evidentes que o processo de tomada de decisões e seu cotidiano é marcado pela presença dos chamados papéis de gênero e por um sentimento de subjugação, sendo direcionadas a elas as tarefas domésticas, os cuidados com os filhos (alimentação, educação, saúde), cuidado com idosos (sogro, sogra, mãe, etc), cuidados com animais de estimação e outras atribuições tidas culturalmente como ‘de mulher’.

A opção por permanecer em atividades ligadas ao ambiente doméstico também marca este estudo, a maior parte das participantes desenvolve suas atividades nas suas próprias residências, em ‘puxadinhos’, garagens, salas de visitas ou na própria cozinha onde podem continuar cuidando de seus afazeres domésticos.

Da forma como o encontramos nos relatos obtidos neste estudo o microcrédito traz um impulso e uma nova possibilidade para as mulheres, ao dar-lhes recursos para investir em atividades geradoras de renda ou incrementar atividades que já desempenhavam, porém pode ser subutilizado ou mal utilizado, como foi evidenciado nos depoimentos, com custeio de medicamentos, funeral, viagens, cursos e aluguel. Esse desvio de utilização pode trazer dívidas, pressões e sobrecarga para suas beneficiárias.

Portanto este estudo demonstra que sim o microcrédito é um fator importante no combate às desigualdade de gênero e, também, um aliado nos investimentos em atividades geradoras de renda para mulheres. No entanto, necessita de melhores ferramentas quando o assunto é empoderamento feminino, no sentido de promover a emancipação, a capacidade de tomada de decisões, melhor capacitação e fomentar a participação social de suas beneficiárias.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Vivian Cristina Caetano da Silva; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira. Características socioeconômicas do acesso por mulheres ao microcrédito em uma instituição de crédito no sul de Santa Catarina, no período de 2002-2012. **Seminário de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 4, n. 4, 2014.

ALVES, Manuel Brandão (2008), “**Com o microcrédito, devolver mais dignidade às pessoas**”, in OLIVEIRA, Catarina Reis e RATH, Jan (org.), Revista Migrações – Número Temático Empreendedorismo Imigrante, Outubro 2008, nº 3, Lisboa: ACIDI, pp. 271-280

ALVES, César Moreira; CAMARGOS, MARCOS ANTÔNIO. FATORES CONDICIONANTES DA INADIMPLÊNCIA EM OPERAÇÕES DE MICROCRÉDITO. **Base**, v. 11, n. 1, 2014.

ALBRECHT, Marisa; LISBOA, Teresa Kleba. **A divisão sexual do trabalho: desconstruindo as desigualdades de gênero na esfera produtiva e reprodutiva**. III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais. Olhares diversos sobre a diferença. João Pessoa-PB, 26,27 e 28 de Outubro de 2011

ARAÚJO, Elaine Aparecida; CARMONA, CU de M. Eficiência das Instituições de Microcrédito: uma aplicação de DEA/VRS no contexto brasileiro. **Production**, v. 25, n. 3, p. 701-712, 2015

BARBOSA, Déborah Mara Siade. **Política de concessão de microcrédito: reflexões a partir de um estudo multicaso no Tocantins**. 2013.

BASTOS FILHO, Reinaldo Antônio et al. Políticas públicas de acesso ao microcrédito: cartão c3 como alternativa de combate à desigualdade social no município de Viçosa-MG. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, v. 2, n. 2, 2016.

BAQUERO, R. V. A. **Empoderamento: questões conceituais e metodológicas**. Revista Debates, 1(1), Núcleo de Pesquisas sobre a América Latina/UFRGS, Porto Alegre. 2005.

_____. Empoderamento: instrumento de emancipação social?-Uma discussão conceitual. **Revista debates**, v. 6, n. 1, p. 173, 2012.

BARBOSA, D. M. S. **Política de concessão de microcrédito**: reflexões a partir de um estudo multicaso no Tocantins 2013. 108 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Estratégica, Marketing e Inovação)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2013.

BASTOS FILHO, Reinaldo Antônio et al. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO AO MICROCRÉDITO: CARTÃO C3 COMO ALTERNATIVA DE COMBATE À DESIGUALDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA-MG. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, v. 2, n. 2, 2016.

BATLIWALA, Srilatha. El significado de empoderamiento de las mujeres: nuevos conceptos desde la acción. En Magdalena León (Compiladora), Poder y empoderamiento de las mujeres Colombia. Tercer Mundo, editores-Género, mujer y desarrollo. Programa de estudios 1997.

BRASIL. **Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005**. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, DF, 26. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111110.htm Acesso em: 15 de dezembro de 2016.

BIJOS, Leila Maria Da'juda. **Mulher e desenvolvimento**: o programa de microcrédito regional para as mulheres no setor informal urbano (1980-2002): um estudo de caso: Brasil-Bolívia. 2005. 324 f. Tese (Doutorado em Estudos Comparados sobre as Américas)-Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

BRONZO, Carla. Políticas locais de inclusão social, autonomia e empoderamento: reflexões exploratórias. **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**, v. 30, 2006.

CACCIAMALI, M. C., MATOS, F., MACAMBIRA, J. O Setor de Microfinanças e as Políticas de Microcrédito no Brasil. In: _____. **A Atividade e a Política de Microcrédito no Brasil**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2014.

CAPOBIANGO, Ronan Pereira et al. Análise do impacto econômico do crédito rural na microrregião de Pirapora. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 4, p. 631-644, 2012.

CARVALHO, Géssika Cecília. **Microcrédito e Empreendedorismo feminino em Recife: uma alternativa para a superação das desigualdades no mundo do trabalho. Novos Rumos Sociológicos**, v. 1, n. 1, 2013.

CEZAR, Irina Frare. **Microcrédito e empoderamento de mulheres de baixa renda: uma análise do projeto “Elas”**. 2016. Tese de Doutorado.

CHAVES, Sidney Soares. **Diagnóstico e desafios do microcrédito no Brasil. Revista Desenbahia**, n. 15, 2011.

CHESTON, Susi; KUHN, Lisa. Empoderamiento de la mujer a través de las microfinanzas. **UNIFEM. Lugar de edición**, 2002.

COPETTI, Sueli Löw Lopes. **A divulgação da política de microcrédito: é acessível à população de baixa renda?**. 2015.

CORSINI, José Nélio Monteiro, **Microcrédito e inserção social em cidades baianas: estudo da experiência do centro de apoio aos pequenos empreendimentos da Bahia – CeapeBahia/José Nélio Monteiro Corsini**. - Salvador, 2007. 180 f.

DA COSTA, Fernando Nogueira. **Microcrédito no Brasil**.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. **Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos**, p. 39-53, 1992.

DA SILVEIRA, Daniel Claudy; TIRELLI, Claudia; WBATUBA, Berenice Beatriz Rossner. **POLÍTICAS PÚBLICAS E WELFARE STATE: O PLANO NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO (PNMPO) NO BRASIL. Anais-Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2015.

DE JESUS, Milena Santos. A abordagem conferida ao sexo e gênero nas distintas ondas feministas. **Revista Café com Sociologia**, v. 3, n. 3, p. 188-206, 2014.

DE KRUIJF, Petra et al. **Empoderamento, gênero e microcrédito: a política de microcrédito na Região Metropolitana do Recife**. 2015. Dissertação de Mestrado.

DOS SANTOS, Claire Gomes; CARRION, Rosinha da Silva Machado. **Microcrédito e Pobreza: um Diálogo Possível?/Microcredit and Poverty: a Possible Dialogue?**. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 13, p. 53, 2009.

DOS SANTOS, Jose Odalio et al. Ensaio sobre o microcrédito e as metodologias de análise de crédito: aspectos relacionados à sua origem, desenvolvimento e o modelo de escoragem comportamental–Behavioural Scoring. **Revista de administração de Roraima (RARR)**, v. 5, n. 1, p. 134-155, 2015.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Políticas Públicas e Gênero. In: GODINHO, Tatau (Org.) **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004.

GARCÍA-HORTA, José Luis; ZAPATA-MARTELO, Emma. El papel de las microfinanzas en la pobreza y desigualdad de las mujeres. **Ra Ximhai**, v. 8, n. 1, 2012.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**/[organizado por]. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em 17 de abril de 2017.

GOMES, Rodrigo Campos et al. O auto-emprego no Brasil: uma análise dos fatores determinantes. **São Paulo: PUC**, 2009.

GONZÁLEZ REY, F. L. (2005). Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Pioneira

GOULART, Maria J. Barbosa; NETO, Antônio José Pedroso. A densa vida social e política dos agentes da estrutura organizacional do banco do povo. **REDD–Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 4, n. 2, 2012.

GUERRERO, Olaya Fernández. **Processos de empoderamento das mulheres de comunidades no Rio de Janeiro**. In: PARENTE, Temis Gomes; MIRANDA, Cynthia Mara. (Org.) *Arquiteturas de gênero: questões e debates*. Palmas, TO: EDUFT, 2015. p. 59-91

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HORTA, José Luis García et al. **El microcrédito como estrategia para atenuar la pobreza de las mujeres, ¿cuál pobreza?**. **Estudios Fronterizos**, v. 15, n. 30, p. 97-126, 2014.

HORTA, José Luis Garcia; CARRILO, Maria del Rosario Ayla; MARTELO, Emma Zapata. **Empoderan las microfinanzas?** Um estudo de caso em México. In: PARENTE, Temis Gomes; MIRANDA, Cynthia Mara. (Org.) *Arquiteturas de gênero: questões e debates*. Palmas, TO: EDUFT, 2015. p. 21-58

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Cidades@**, 2017. [online] Disponível na internet via WWW URL:<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=172100>. Arquivo consultado em 20 de Fevereiro de 2017.

JANSSON, T., WENNER M. "Financial regulation and its significance for microfinance in Latin America and the Caribbean (La regulación financiera y su importante para las actividades de microfinanciamiento en América Latina y el Caribe)". Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 1997.

KATHERINE, Mejia Quintero Dayana. **Pequeños créditos, grandes expectativas: ¿Las microfinanzas empoderan a la mujer?** Caso estudio del sector de confecciones en la ciudad de medellín. 2016.188f. Tese (Facultad de Economía. Administración de Empresas y Negocios Internacionales) Universidad Pontificia Bolivariana - Medellín-Colômbia, 2016.

LAGARDE, M. “**El género**”, fragmento literal: ‘La perspectiva de género’, en *Género y*

feminismo. Desarrollo humano y democracia, Ed. horas y HORAS, España, 1996, pp. 13-38.

LAVINAS, Lena; MARTINS, Paula. Empreendedorismo, microcrédito e superação da miséria no Brasil: pontos em debate. **Revista Econômica**, v. 14, n. 2, 2013.

LEÓN, Magdalena. El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. **Revista de estudios de género: La ventana**, v. 2, n. 13, p. 94-106, 2001.

LOPES DE ALMEIDA AMAZONAS, Maria Cristina; FONTES VIEIRA, Luciana Leila; CAVALCANTI PINTO, Virgínia. Modos de subjetivação femininos, família e trabalho. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 31, n. 2, 2011.

LOPEZ-CLAROS, A., and S. Zahidi. **Empoderamento das mulheres**: avaliação das disparidades globais de gênero. Fagundes JH, tradutor. Geneva: World Economic Forum. 2005.

LUCA, Léa de. **Operações de Microcrédito ainda engatinham no Brasil**. Disponível em: <<http://brasileconomico.ig.com.br/financas/2014-11-28/operacoes-de-microcredito-ainda-engatinha-no-brasil.html>> Acesso em: 25 de julho de 2018.

MAIA, Mara. Economia solidária e o microcrédito no Brasil: avanços ou insuficiências? **Revista de Administração de Roraima (RARR)**, v. 4, n. 1, p. 119-133, 2014.

MATOS, Julia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. (2011). **História oral como fonte**: problemas e métodos. *Historiæ*, 2(1), 95-108.

MELO, André de Souza et al. **Uma análise do perfil das rendeiras de Pesqueira-PE que utilizam microcrédito como subsídio**. 2015.

MENDONÇA, Kamila Vieira de; SOARES, Ricardo Brito. **Trajetória de crescimento para microempreendedores: diferencial de gênero dos clientes do programa crediamigo**. *Estud. Econ.* [online]. 2016, vol.46, n.3, pp.701-731. ISSN 0101-4161.

<http://dx.doi.org/10.1590/0101-416146373kvr>.

MIRANDA, Cynthia Mara. Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil e no Canadá. **Interfaces Brasil/Canadá**, v. 15, n. 1, p. 347-385, 2015.

MOREIRA ALVES, César; CAMARGOS, Marcos Antônio. **Fatores condicionantes da inadimplência em operações de microcrédito**. Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS, vol. 11, núm. 1, enero-marzo, 2014, pp. 59-74 Universidade do Vale do Rio dos Sinos São Leopoldo, Brasil

MOREIRA, N. C.; FERREIRA, M. A. M.; LIMA, A. A. T. F. C.; CKAGNAZAROFF, I. B. Empoderamento das Mulheres Beneficiárias do Programa Bolsa Família na Percepção dos Agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 2, p. 403-423, 2012.

MOREIRA, NATHALIA CARVALHO. **Microcrédito e Empoderamento de Mulheres: o caso do Banco Popular Crédito Solidário / 2016**. 110f. Tese (doutorado em Administração Pública e Governo) Tese (CDAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 2016.

MOURA, Elton; MACHADO, André Gustavo Carvalho; DE SOUZA BISPO, Marcelo. **O microcrédito como fomentador de uma infraestrutura comercial voltada para a base da pirâmide: O caso do programa empreender bananeiras**. Revista Gestão & Conexões, v. 4, n. 2, p. 84-104, 2015.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. Tradução N. Palhano. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em estudo**, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006.

OLIVEIRA, Munique Daniela Maia de; PARENTE, Temis Gomes. O processo de

(des)empoderamento das mulheres nos empreendimentos de economia solidária. In: PARENTE, Temis Gomes; MIRANDA, Cynthia Mara. (Org.). **Arquiteturas de gênero: questões e debates**. Palmas, TO: EDUFT, 2015. p. 93-122.

OLIVEIRA, Malena. **Consumo cai e calotes avançam no microcrédito**. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/suas-contas,consumo-cai-e-calotes-avancam-no-microcredito,10000062120> Acesso em: 25 de julho de 2016.

OLIVEIRA, Nilton Marques de. **Desenvolvimento regional do território do Estado do Tocantins: implicações e alternativas**. 2015. 259f. Tese (doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/Campus de Toledo, 2015.

ONU Mulheres. **Princípios de Empoderamento das Mulheres**. 2016. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/referencias/principios-de-empoderamento-das-mulheres/#>>. Acesso em: 16 de nov. 2016.

PANIS, Amanda da Cunha. **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado: análise dos resultados recentes da política**. 2015.

PALMAS. **Lei nº 1.367, de 17 de maio de 2005**: Cria o Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária do Município de Palmas - BANCO DO POVO e dá outras providências. Disponível em <https://legislativo.palmas.to.gov.br/media/leis/lei-ordinaria-1.367-2005-05-17-23-1-2018-15-3-36.pdf>

_____. **Decreto nº 198, de 15 de agosto de 2006**: Regulamenta a Lei nº 1.367, de 17 de maio de 2005, que cria o Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária do Município de Palmas - BANCO DO POVO, da forma que especifica. Disponível em <https://legislativo.palmas.to.gov.br/media/leis/DECRETO%20N%C2%BA%20198-2006%20de%2015-08-2006%2010-7-5.pdf>

PARENTE, Silvana. **O mercado financeiro e a população de baixa renda**. Brasília: CEPAL – Escritório no Brasil, 2003.

PARENTE, Temis Gomes. **Gênero e Memória de mulheres desterritorializadas**. ArtCultura, Uberlândia, v. 9, n. 14, jan-jun. 2007.

_____. **Territorialização e papéis de gênero: o caso do Reassentamento Córrego Prata (TO)**. In: SANTOS, Regma Maria dos; BORGES, Valdeci Resende (Org.). *Imaginários e representações: entre fios, meadas e alinhavos*. Uberlândia: Aspectus, 2011.

_____. Desenvolvimento regional na perspectiva de gênero. **Rev. Projeto História**, São Paulo, n. 45, dez. 2012. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/15015/11209>>. Acesso em 16 jan. 2017.

PARENTE, Temis Gomes Parente; GUERRERO, Olaya Fernández Guerrero. **O desempoderamento das mulheres dos reassentamentos rurais em Porto Nacional (TO, Brasil)**. *História Oral*, v. 2, n. 14, p. 173-197, jul.-dez. 2011.

PEDRO, Joana Maria Pedro. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Revista Topoi*, v. 12, n. 22, jan-jun. 2011.

_____. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. *História*. 2005, vol.24, n.1, pp. 77-98.

PEROSSA, Mario Luis; WALDMAN, Pablo; SANTIAGO Gigler; NICOLÁS NARDI. **Del círculo vicioso al círculo virtuoso: Los microcréditos como instrumentos de inclusión social**. 2016. *Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana*, Latinoamérica, (enero 2016). En línea: <http://www.eumed.net/coursecon/ecolat/la/16/microcreditos.html>

PINAR, Raquel García. **Microcréditos, pobreza y género**. 2012.

PINELLI, Antonella. **Gênero nos estudos de população**. **Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. 222p.[ISPN-POP-Pinelli-2004], 2004.

PNUD - **Estrategia sobre igualdad de género del Programa de las Naciones Unidas para**

el **Desarrollo-2014-2017.** Disponível em: <http://iknowpolitics.org/sites/default/files/estrategia_sobre_igualdad_de_genero_del_programa_de_las_naciones_unidas_para_el_desarrollo_2014-2017.pdf>. Acesso em: 16 de nov. 2016.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História**, São Paulo, n. 14, 1997.

_____. História oral como gênero. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 22, 2001.

PUTMAN, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Com Robert Leonardi e Raffaella Y. Nanetti; tradução Luiz Alberto Monjardim. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RAGO, Margareth. Os prazeres da noite. **Prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.**

RODRIGUES, Fernanda Mirelle Gomes et al. **O microcrédito como ferramenta de desenvolvimento socioeconômico para os empreendedores e seus pequenos empreendimentos**: um estudo de caso sobre o Crediamigo em Petrolina-PE. *Gestão e Saúde*, v. 1, n. 1, p. pag. 1002-1026, 2015.

ROMANI, Gianni. Impacto del microcrédito en los microempresarios chilenos: un estudio de caso en la II Región de Chile. In: **VII Congreso internacional del CLAD sobre la reforma del Estado y de la Administración Pública**. 2002.

ROSALES, Ramóm. **Marco jurídico para as instituições de microcrédito**. SEMINÁRIO INTERNACIONAL BNDES MICROFINANÇAS. Anais... Rio de Janeiro: BNDES, 2000.

SAMUEL, Lino. O Contributo do Empreendedorismo Feminino no Empoderamento Socioeconómico da Mulher, estudo de caso (pemba, moçambique). **Revista Electrónica de Investigación e Desenvolvimento**, n. 2, 2014.

SALVATICI, Silvia. **Memórias de gênero**: reflexões sobre a história oral de mulheres. História oral (8)1, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2005, pp.29-42.

SANTIAGO, Eduardo Girão. Microcrédito, emancipação empreendedora e combate à pobreza: controvérsias e outros caminhos. In: MATOS, Franco de; MACAMBIRA JÚNIOR, Leôncio José Bastos; CACCIAMALI, Maria Cristina (Orgs.). **A atividade e a política de microcrédito no Brasil**: visões sobre sua evolução e futuros desafios. Fortaleza: IDT/USP, 2014, p. 55-74.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1990.

_____. Os usos e abusos do gênero. Projeto História, São Paulo, n. 45, dez. 2012. p. 327-351.

SIQUEIRA, Guilherme de Moura. **Um estudo sobre o programa de concessão de microcrédito da Caixa Econômica Federal. 2016.**

SILVA, V. P.; BARROS, D. D. **Método história oral de vida**: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 21, n. 1, p. 68-73, jan./abr. 2010

SILVEIRA, Marcelo Garcia. **Evolução da estrutura de microcrédito no Brasil**: uma análise sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. 2015.

SIMON, Vanêssa Pereira; BOEIRA, Sérgio Luis. Social and solidarity economy and female empowerment. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, n. 3, p. 532, 2017.

SOARES, Ricardo Brito; BARRETO, Flávio Ataliba; AZEVEDO, Marcelo Teixeira. **Condicionantes da saída da pobreza com microcrédito**: o caso dos clientes do Crediamigo. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 41, n. 1, p. 119-142, 2011.

SOARES, Ricardo Brito; BARRETO, Flávio Ataliba; AZEVEDO, Marcelo Teixeira. **Condicionantes da saída da pobreza com microcrédito**: o caso dos clientes do Crediamigo. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 41, n. 1, p. 119-142, 2011.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 54, 2007.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. 2006.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992

TOMETICH, Patrícia et al. **O Processo de Difusão de Inovação Social**: Um Estudo sobre o Microcrédito no Brasil. Seminários em Administração (16.: 2013 out. 24-25: São Paulo, BR-SP). Trabalhos. São Paulo: FEA/USP, 2013, 2013.

VALOURA, M. F. Evangelista. **Financiamentos concedidos na forma de Microcrédito**: fomento para o desenvolvimento do Empreendedorismo. 2012. p.198. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real-Portugal.

VIEIRA, Leandro Martins. **Microcrédito e microempreendedor**: o caso do Crediamigo na região do Vale do Jequitinhonha Minas Gerais. 2015.

ZAPATA-MARTELO, Emma; ZAVALA, Josefina López; HERNÁNDEZ, Miriam; BUENO, Laura Garza; MORENO, Pedro Pablo Ramírez; ÁVILA, María Isabel Ramos; EMBA, Camelia Reyes. **Microfinanzas y empoderamiento de mujeres rurales – las cajas de ahorro y crédito en México**. México: Plaza y Valdés, 2003.

APÊNDICE

Apêndice A – Questionário

APÊNDICE A - Perguntas orientadoras, a serem utilizadas nas entrevistas com as beneficiárias do Programa de Microcrédito Banco do Povo de Palmas.

Parte 1 – Perfil da beneficiária

- Idade
- Etnia
- Escolaridade
- Estado Civil
- Presença ou ausência de filhos
- Há quanto tempo realizou a operação de empréstimo no Programa Banco do Povo de Palmas

Parte 2 – Utilização dos recursos e empoderamento

- Quem administrou o recurso do empréstimo?
- O que foi comprado com este dinheiro?
- A relação com seu esposo/companheiro mudou depois que você recebeu financiamento no Banco do Povo de Palmas?
- Houve divergências quanto ao uso do recurso?
- O seu esposo/companheiro te ajuda nos serviços de casa e no cuidado com os filhos?
- Depois que você acessou o microcrédito mudou alguma coisa na sua vida?
- Você se sentiu mais capacitada para administrar recursos financeiros após o uso do microcrédito?

Parte 3 – Empoderamento como um todo

Ações, alcances e obstáculos que você enfrenta no dia-a-dia